



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - N° 008 - SÁBADO, 14 DE FEVEREIRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Ilhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p> Maioria (PMDB/PP) - 21</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p> <p>Líder do PP - 1</p> <p>Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB) - 20</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2</p> <p>Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1</p> <p>Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB</p> <p>Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 14</p> <p>José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Maria do Carmo Alves</p> <p>Líder do PSDB - 13</p> <p>Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p> PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO –

Destaque para as medidas tomadas, em Brasília, pelo Presidente Lula, em favor dos municípios brasileiros. Saudação à representação municipal de Mato Grosso.

01753

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Registro de sugestão encaminhada aos prefeitos, em prol da melhoria na educação.

01756

SENADOR JOÃO DURVAL – Destaque para melhoria nas rodovias administradas pela iniciativa privada. Saudação ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pelo trabalho que vem realizando em sua gestão.

01763

SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a questão do desemprego e melhora na distribuição de renda no Brasil. Defesa da aprovação dos projetos de lei de sua autoria. Cobra novas medidas para a crise e critica bancos que querem ter lucros abusivos. Considerações sobre as questões referentes aos aposentados e pensionistas e defesa do entendimento pelo fim do fator previdenciário.

01765

SENADORA MARINA SILVA – Defende a escolha da cidade de Rio Branco para sede dos jogos da Copa de 2014.....

01771

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Faz sugestões junto ao STF sobre demarcações de reservas indígenas no País.....

01776

SENADOR PEDRO SIMON – Assegura voto de confiança ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, na Câmara.....

01780

SENADOR MÃO SANTA – Preocupação com a concentração de poder nas mãos do Presidente Lula.....

01784

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a redação dos arts. 317 e 333 do Código Penal, para determinar aumento de pena nas hipóteses indicadas.....

01788

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 1/2009, de 11 do corrente, da Associação Brasileira de Servidores de Câmara Municipais – ABRASCAM, referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2008.. 01789

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 85, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues. 01789

Nº 86, de 2009, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, solicitando voto de louvor aos 100 anos do jornal *Correio Riograndense* da cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 01789

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA

2.1 – Comissão Diretora

Realizada em 12 de fevereiro de 2009 01790

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – Atos do Presidente

Nºs 15 e 16, de 2009 01791

3.2 – Atos do Diretor-Geral

Nºs 408, 409 e 428, de 2009. 01792

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 7^a Sessão Não Deliberativa, em 13 de fevereiro de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim e Pedro Simon

(Inicia-se a Sessão às 9 Horas e 5 Minutos, e Encerra-se às 12 Horas e 48 Minutos)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sendo eu, Senadora Serys Slhessarenko, a primeira oradora inscrita, gostaria de passar a Presidência ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para que eu possa fazer uso da palavra. (Pausa)

A Sra. Serys Slhessarenko, 2^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko e, a seguir, ao Senador Cristovam Buarque.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta semana Brasília viu grande parte da representação dos Municípios do País como um todo, de ponta a ponta do nosso Brasil. Tivemos aqui, Prefeitos, Prefeitas, Vice-Prefeitos, Vice-Prefeitas, Presidentes de Câmaras, Vereadores, primeiras-damas, enfim, os Municípios se fizeram presentes em Brasília a convite do Presidente Lula.

Brasília teve uma semana, Sr. Presidente, muito agitada. Estive no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e pude assistir o anúncio de medidas do nosso Governo, do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula, para ajudar os Municípios brasileiros.

O enfrentamento de novos desafios já começou e está encontrando no Governo do Presidente Lula soluções concretas para este início de governo nos Municípios. Durante o evento, com milhares de prefei-

tos, o Presidente Lula anunciou novas medidas para ajudar nossas prefeituras.

As boas novas foram anunciadas pelo Ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, na presença do Presidente Lula e da Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. Nossa Governo procurou atingir questões há muito reclamadas.

Um dos grandes problemas dos Municípios brasileiros, motivo de uma verdadeira avalanche de pedidos dos Prefeitos aos Parlamentares, é o transporte escolar, por exemplo. Pois bem, o Presidente Lula, sintonizado com os Municípios brasileiros, vai doar mil ônibus para o transporte escolar e as prefeituras terão direito a um financiamento de R\$700 milhões para adquirir ônibus e barcos para esse transporte.

Outra medida importante foi a reabertura para que as prefeituras ajudem na fiscalização da cobrança do Imposto Territorial Urbano (ITR), já em 2009. Como todos sabemos, a arrecadação é realizada pela Receita Federal, que repassa 50% do valor para as prefeituras. Agora, a cidade que aderir a esta modalidade receberá 100% do Imposto. Em 2008, foram arrecadados R\$470 milhões com ITR. Então é mais uma fonte direta de recursos aos municípios. São recursos diretos na veia, como comparou a Ministra Dilma Rousseff.

No encontro, os Prefeitos também ouviram o anúncio de medidas para a regularização fundiária nos municípios localizados na Amazônia, o que poderá solucionar um grande problema do nosso povo.

No meu gabinete, conversei, nesses dias, com dezenas de Prefeitos de Mato Grosso e percebi o quanto estão entusiasmados em fazer em nossos Municípios uma grande gestão, eficiente e com respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. São Prefeitos esclarecidos, mas que estão encontrando enormes problemas na transição de poder. São prefeituras inadimplentes, com cadastros comprometidos e que acabam até perdendo recursos de emendas, recursos fundamentais para os seus municípios.

Vejo também, com bastante entusiasmo, que será enviado ao Congresso Nacional projeto para re-

gulamentar a transição entre governos, obrigando que Prefeitos, Governadores e Presidente que estejam deixando o cargo apresentem relatórios financeiros de sua gestão.

Também já está causando uma grande discussão entre nós, Senadores e Senadoras, a tramitação da Medida Provisória em que o Governo vai oferecer aos Municípios a possibilidade de repactuar em até 240 meses (20 anos) as dívidas com a Previdência, que totalizam R\$14 bilhões. Essa é uma notícia fantástica aos nossos Municípios, que sofrem para planejar melhor seus investimentos. Em outros governos, essas dívidas já foram alongadas, mas não deu certo exatamente porque algumas prefeituras eram obrigadas a desembolsar até 50% das transferências recebidas, o que inviabilizou os pagamentos.

Sabemos todos que nossos Municípios pagam elevadas prestações, que, somadas ao INSS dos atuais servidores, chegam a comprometer a totalidade de suas verbas do FPM. E aí virou uma verdadeira bola de neve. Os Municípios, quando não recolhem o INSS, ficavam inadimplentes e, dessa forma, impedidos de receber recursos da União.

O Presidente Lula, ao editar esta MP, que dar a esse problema um tratamento de choque e sinalizou fortemente para que nós, Congressistas, possamos analisar melhor seus detalhes e também melhorar aspectos que consideramos imprescindíveis. O fundamental é que possamos oferecer aos Municípios brasileiros a oportunidade de participação efetiva no PAC – Plano de Aceleração do Crescimento e possibilitar o acesso nos diversos projetos e programas do Governo Federal.

Outra medida importante, Sr. Presidente, é a da ampliação de uma linha de financiamento no total de R\$980 milhões para que as cidades comprem tratores e máquinas agrícolas via Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Vejam, Sr's e Srs. Senadores, que o Governo Federal não está brincando com a crise mundial e que, além de todas essas medidas às nossas Prefeituras, já adotou outras medidas importantes, como as de aumentar em R\$100 bilhões os recursos do BNDES para financiar investimentos na manutenção e ampliação do programa de investimentos da Petrobras, na criação do Fundo Soberano e no fortalecimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Adotou ainda medidas para preservar a demanda interna e proteger os setores de menor capacidade econômica: na redução do IPI do setor automotivo, do IOF das operações de crédito e do Imposto de Renda da Pessoa Física, na proposta de construção de um milhão de casas populares até 2010, bem como no aumento do

salário mínimo em mais de 6% acima da inflação e na preservação dos benefícios do Bolsa Família.

Não resta a menor dúvida, senhores e senhoras, de que nosso Governo é fundamentalmente municipalista e que fará tudo que tiver ao seu alcance para melhorar a vida dos brasileiros. Por tudo isso é que a popularidade do Presidente Lula cresce cada dia mais.

Desejo felicidade aos Prefeitos e às Prefeitas do meu País, especialmente aos do meu Estado de Mato Grosso, bom retorno aos seus Municípios e que continuem dando toda contribuição que esteja ao seu alcance para construir, cada vez mais, um Município melhor para aqueles que lá vivem, e, por conseguinte, um Estado de Mato Grosso melhor e, por conseguinte, um Brasil melhor, mais justo e com distribuição de renda.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria falar rapidamente que sou municipalista e explicar o porquê. Porque eu digo sempre que é lá no Município que as pessoas vivem, que as pessoas moram. Ninguém vive solto no espaço, Presidente. As pessoas vivem lá no Município, na localidade. É ali que elas vivem. É ali que elas sabem que está faltando casa para morar, que está faltando emprego, que não chegou o remédio no posto de saúde, que o médico não está lá, que a merenda escolar não está funcionando, que o buraco na rua está trazendo problema. Enfim, quem conhece e sabe dos problemas são os municípios, é a população, os homens, as mulheres, as pessoas da terceira idade, as nossas crianças, os nossos jovens, eles é que sabem onde está o problema.

Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, é lá que estão os problemas. E é lá que a população consegue chegar com mais facilidade às autoridades municipais. É muito mais fácil o município, uma pessoa do Município chegar a um Vereador, a uma Vereadora, ao Prefeito, à Prefeita, do que a um Governador, a um Deputado, a um Senador, a uma Senadora, ao Presidente da República.

Defendo que, enquanto não for possível se descentralizar ao máximo a definição de políticas diretamente para o Município, descentralizar os recursos para Município, que continuem as políticas que estão sendo feitas pelo Presidente Lula, de descentralização das políticas públicas num número cada vez maior para o Município, para que as pessoas realmente possam ser atendidas. Acredito que, assim, as transformações poderão ser um pouco mais agilizadas com definição de políticas que venham dar poder para o Município e descentralização dos recursos.

Sr. Presidente, quero ler, muito rapidamente – já termino –, os nomes dos Municípios do meu Estado de

Mato Grosso e de seus Prefeitos: Alto Araguaia, com Alcides Batista; Alto da Boa Vista, com Cirqueira; Alto Taquari, com Maurício Joel; Apiacás, com Sebastião; Araputanga, com Vano José; Barra do Bugres, com Wilson Francelino; Bom Jesus, com Aloisio Irineo; Cáceres, com Túlio Fontes; Campinápolis, com Altino Vieira; Campo Novo, com Mauro Valter; Campos de Julio, com Claides Lazaretti; Canabrava do Norte, com Louriwal Martins; Carlinda, com Miranda; Cocalinho, com Luiz Amaral; Colniza, com Nelci Capitani; Comodoro, com Marcelo Beduschi; Confresa, com Gaspar Lazari; Conquista do Oeste, com o Prefeito Jair Padavin; Indiaí, com José de Souza; Ipiranga, com Ademh Klauxzn (Vice-Prefeito); Itanhangá, com Vanderlei Proença; Itaúba, com Raimundo Zanom; Itiquira, com Hernane José; Jauru, com Pedro de Souza, que é o atual Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, recém-eleito, a quem cumprimento por ter assumido nesta semana a Presidência da Associação Mato-Grossense dos Municípios; Juruena, com Bernardinho; Lucas do Rio Verde, com Elder; Marcellândia, com Adalberto Navair; Mirassol D'Oeste, com Donizetti; Nova Lacerda, com Valmir; Nova Marilândia, com Juvenal Alexandre; Nova Santa Helena, com Dival Loura; Nova Ubiratã, com Osmar Rosseto, nosso companheiro Chiquinho; Novo Mundo, com Aureliano Pereira; Novo Santo Antônio, com Valdemir Silva; Novo São Joaquim, com Leonardo Farias; Pedra Preta, com Eder Santos (Secretário de Educação), representando o Prefeito Augustinho; Ponte Branca, com a Prefeita Jaqueline; Porto Alegre do Norte, com Edi Escorsin, nosso companheiro Tarzan; Primavera do Leste, com Getúlio Gonçalves; Querência, com Fernando Gorgen; Ribeirão Cascalheira, com Francisco de Assis; Ribeirãozinho, com Aparecido Marques; Rondolândia, com Bertílio Buss; Santo Antônio do Leste, com Reinaldo Coelho; São Felix do Araguaia, com Filemon Limoeiro; São José dos Quatro Marcos, com João Roberto Ferlin, grande companheiro; Tangará da Serra, com Julio Cesar; Tapurah, com Miltom Geller; Terra Nova do Norte, com Manoel de Freitas; Tesouro, com Ilton Ferreira; Torixoreu, com Máximo Santos; e Vila Rica, com o Calisto.

Esse Prefeitos estiveram no nosso gabinete, mais de 50 dos nossos 141 Prefeitos. Com outros nós estivemos lá na localidade do evento.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, desde os primeiros dias que aqui estamos juntos, a preocupação primária de V. Ex^a, com muita razão, tem sido – isso foi uma evolução extraordinária para a sociedade do mundo – com a participação da mulher. Se você estudar a história, você vê

o quanto é necessária. Até você estudando a história mãe ocidental, que é a nossa civilização, você vê que muitos filósofos tendiam para a homossexualidade – estou só contando a história –, porque a mulher era impedida de participar, de estudar, e eles estudavam muito, pesquisavam as primeiras descobertas da natureza. Então, já existia a cerveja – foi antes do vinho. Naquelas noites de serões, em busca da ciência, eles acabavam se emborrachando, e a participação da mulher foi afastando isso, graças a Deus. Mas eu queria dizer a V. Ex^a, que tem defendido tanto e que agora, representando a bravura dessa mulher, faz parte da Mesa, V. Ex^a e a brava Senadora Patrícia, do Ceará, eu queria apenas advertir para um fato, uma nódia da humanidade, quando tínhamos certeza de que uma das civilizações mais avançadas, mais justas, dos direitos humanos era a Suíça. E nós vimos justamente, naquela parte da Suíça onde predomina a força alemã, naquela região, onde uma mulher foi agredida – não é porque ela é brasileira, mas porque é sobretudo mulher. Então, V. Ex^a, como líder, como defensora... Aliás, na última sessão eu presidiria e li que V. Ex^a vai fazer, como sempre, uma homenagem às mulheres brasileiras. Então, eu queria que V. Ex^a acionasse os instrumentos que nós temos, a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Direitos Humanos, para dar solidariedade e apoio àquela mulher.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador. O senhor levanta esta questão, nós temos nos posicionado, e, realmente, é uma questão gravíssima. O Itamaraty já está se posicionando, o Brasil como um todo está revoltado, e medidas têm de ser tomadas.

E, aí, Senador Mão Santa, é de uma gravidade ímpar o que fizeram com a nossa brasileira lá na Suíça. Ela perdeu as suas gêmeas, duas meninas, ela estava grávida, ela está toda cortada. Felizmente, pelo menos, ela conseguiu preservar a vida, pois, pelo jeito, eles queriam o extermínio da sua vida. Eu diria que entra uma questão muito maior. É gravíssima a situação, nós temos de tomar atitudes fortes, muito fortes, o Brasil tem de tomar. A questão da mulher, em nível de Brasil, em nível da América Latina, em nível de Planeta Terra, exige um posicionamento. Infelizmente, costumo dizer que a violência contra a mulher, doméstica ou não, parece que é a única coisa “democrática”, essa democracia muito entre aspas, pois está espalhada pelo mundo inteiro. Tanto faz ser mulher da classe média, da classe popular, da camada alta, ela está sempre a sofrer violências. Não sei se acham que a nossa força física é menor, qual é o problema, mas, Senador Mão Santa, essa questão, realmente, é de uma gravidade enorme.

Mas, além da questão da mulher, Senadores e Sr. Presidente, há uma questão maior: a democracia. Eu diria que não podemos descuidar da democracia um segundo, a gente não pode piscar um olho no processo democrático, porque a gente, às vezes, acha que a democracia está se aprofundando, cada vez mais estamos ampliando os direitos, que estamos tendo uma melhor qualidade de vida, que isso é bom, que a distribuição de renda é necessária, que estamos aprofundando a questão dos direitos, mas temos que estar cada vez mais atentos, não podemos nos descuidar um minuto. Vemos um país como a Suíça onde tudo parece razoavelmente tranquilo, onde as pessoas têm uma qualidade de vida ótima. Não conheço, mas dizem que se pode esquecer na praça uma bolsa, que se volta lá e lá está, que não existe muitos problemas. No entanto, vejam o que está acontecendo. Quer dizer, são atitudes fascistas, fascistas da pior escória, é o fascismo tentando botar as unhas de fora. E nós já tivemos exemplos da humanidade, bem recente, há meio século, quando o fascismo tentou se impor e fez estragos, fez horrores, coisas horripilantes foram feitas em alguns países com reflexo em muitos países.

Portanto, o processo democrático, a construção de uma sociedade diferenciada, a construção de uma sociedade que realmente esteja atenta à melhoria da qualidade de vida, aos direitos individuais, aos direitos do coletivo, aos direitos do ser humano – direitos humanos, Senador Paim, que batalha tanto, que acabou de presidir a nossa Comissão de Direitos Humanos aqui...

Essa questão tem de ser o tempo inteiro repensada, reavivada, revista, não existe história de que já está bom, de que já conquistaram tantos direitos o negro, o indígena, a mulher e tantos outros. Não é por aí. É aprofundar, cada vez mais a construção realmente de um mundo justo, igualitário, sem discriminação, sem violência, especialmente contra as minorias, onde não se queimem indígenas nas praças, como aconteceu muito perto de nós, e muito menos que aconteça esse tipo de coisa com uma mulher, seja ela de que origem for – para nós fere mais ainda porque é uma brasileira –, por fascistas, realmente.

Deve ser tomada uma posição com determinação. Não adianta a gente pensar que o crime é só dessa ou daquela espécie. O fascista, eu diria, é um dos piores de todos, porque é um crime, um atentado contra a humanidade.

Muito obrigada.

Obrigada, Senador Mão Santa, pelo seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Conforme anunciado anteriormente, concedo

a palavra ao Senador Cristovam Buarque, sem prejuízo da ordem de inscrição dos oradores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, quero, inicialmente, agradecer à Senadora Marina Silva, que me cedeu o lugar para falar...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque. Vou permanecer ainda para ouvir a sua fala, porque consegui um tempinho a mais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, até porque vou falar de um dos assuntos que a senhora falou, que foi a reunião dos Prefeitos e o papel dos Prefeitos.

Mas eu quero repetir meus agradecimentos à Senadora Marina Silva, que me cedeu o seu lugar, porque eu tenho que sair correndo daqui para ir a um evento, uma mobilização, uma manifestação que está sendo feita pelo Movimento Educacionista, na cidade de Samambaia, perto do Plano Piloto, aqui onde nós estamos, pela defesa do direito de cada criança ter aula a partir dos quatro anos de idade – lei que já existe, Senadora, sancionada pelo Presidente Lula, a partir de um projeto de lei que deu origem aqui. Também será uma manifestação pela garantia das vagas para as crianças a partir de seis anos, porque, lamentavelmente, no Distrito Federal nem todas estão matriculadas.

Sr^a Presidente, a reunião que houve aqui dos cinco mil Prefeitos é um fato marcante. E eu quis estar presente não fisicamente, por diversas atividades, porque um a mais um a menos não faria diferença, mas estive presente com um documento que eu enviei aos Prefeitos, repetindo fato que eu já tinha enviado há mais tempo para cada um deles. Um documento que já pela terceira geração de Prefeitos, ou seja, desde três eleições, eu costumo mandar para cada um deles com sugestões sobre o que eles podem fazer pelas crianças do seu Município.

Estou de acordo com a Senadora Serys de que é o Prefeito que realmente cuida de cada pessoa do seu Município, embora eu não seja tão municipalista, porque acho que, se deixarmos livres os Municípios, uns são muito pobrezinhos e outros são ricos, e os pobrezinhos não teriam como resolver seus problemas.

Nesse sentido, eu defendo que o Prefeito gerencie as escolas, mas educação no Brasil deveria ser federal, como é federal a universidade, como é federal a escola técnica, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, tudo menos criança neste País recebe o apoio e os cuidados da Federação. Tudo! Só criança é municipal. Não

dá para manter assim. Daí o meu projeto de federalização da carreira do magistério, daí o projeto de criar uma Secretaria junto à Presidência da República para cuidar das crianças e dos adolescentes.

Mas esse documento que costumo distribuir, e quero falar aqui porque muitos Prefeitos terminam não recebendo. Ou, no meio de tanta papelada – vi alguns carregando quase um caminhão de documentos e de pacotes – isso daqui, tão pequenininho, poderia se perder. Mas é o resultado do meu tempo de Prefeito – aqui eu tinha o título de Governador do Distrito Federal, mas, na verdade, era um Prefeito, com as tarefas também de Governador. Então, Senador Mão Santa, eu também posso dizer que fui Prefeito, apesar de o título ter sido de Governador.

E eu não esqueço – e o senhor, como Prefeito, deve gostar disso –, de todos os elogios que me fizeram, o de uma senhora da cidade de Planaltina, aqui no Distrito Federal, que disse que me considerava um bom inquilino da casa dela, que é Brasília, um inquilino que cuidava bem da casa dela. Mas eu não cuidava bem da casa dela apenas; eu cuidava bem das crianças dela.

E sugeri aos Prefeitos, portanto, algumas medidas, algumas que não custam dinheiro. Por exemplo, a primeira delas: eu creio que todo Prefeito, Senador Mão Santa, Senador Mozarildo, poderia ter no seu gabinete a lista das crianças da sua cidade. Parece uma coisa estranha, mas é facilíssimo fazer isso. Nas cidades pequenas, então, podia ser até no caderno; nas cidades grandes, em um computador. Mas é possível você ter acesso, em sua mão, Senador João Durval, às crianças. Faz uma diferença enorme, um dia, um pai receber um telefonema dizendo: “Aqui é o Prefeito. Eu quero saber como é que está a sua criança na escola”. Ele não vai fazer isso para todas, mas, se ele fizer para uma, a notícia se espalha por todos os pais naquela escola, e muda a realidade do professor com a criança.

Isso foi feito aqui no meu Governo no Distrito Federal. Eu tinha acesso ao nome das crianças, especialmente dos meninos e meninas de rua. Através de uma pesquisa, localizamos todos eles, todas elas.

E aí vem a segunda proposta. Além de ter o nome de suas crianças no seu computador... Por que só se põe o nome dos funcionários no computador? Os funcionários da Prefeitura estão no computador do Prefeito; por que é que não se põem os nomes das crianças? E, de vez em quando, liga-se para saber. O Prefeito pode até ligar para ela própria, a criança, e perguntar: “Aqui é o Prefeito. A sua escola está boa ou ruim? Como está a merenda na sua escola? A diretora se preocupa com você?” Isso provoca uma mudan-

ça, faz com que o Prefeito assuma o papel de tio das crianças da sua cidade.

Outra: como o Prefeito não vai ter tempo de acompanhar isso, ele vai fazer, muitas vezes, apenas gestos de uma importância muito grande, é preciso que ele tenha alguém que o acompanhe. Creio que o todo Prefeito deste País devia ter um Secretário para a Criança. Para que não se criem mais Secretarias, pega-se uma Secretaria já existente e acrescenta-se “e das Crianças”. Foi assim no Distrito Federal. Transformamos a Secretaria da Assistência Social em Secretaria da Assistência Social e da Criança.

Isso muda! Porque vai ser sobre esse cidadão ou essa cidadã que vai ser Secretário ou Secretária da Criança que se põe a culpa de tudo o que acontecer de ruim. E demite-se quando houver um assassinato de uma criança por falta de cuidado. Quando as crianças não estiverem sendo bem atendidas nos hospitais, o Secretário de Saúde trata a criança como qualquer outro paciente; o Secretário da Criança trata a criança doente como criança e vai em cima do Secretário da Saúde. Assim, cria-se alguém com a responsabilidade de zelar pelo maior patrimônio de uma cidade, que são as crianças.

Duas medidas que não custam nada. Os Prefeitos chegam aqui às vezes em busca de dinheiro, dinheiro, dinheiro. Há pequenos gestos, pequenas medidas, como dentro de casa com os filhos, que um Prefeito fazendo muda a relação dele com as crianças do seu Município.

Além dessas duas propostas, eu tenho uma lista grande. Eu creio, Senador Mão Santa, que faz diferença criar um dia no Município de compromisso com a criança e com a educação. Não precisa ser feriado. Aliás, não deve ser feriado. Mas um dia, durante o ano letivo, em que se diga: hoje é o dia do compromisso do Município com as crianças e os adolescentes da sua cidade. Nesse dia, os pais vão conversar sobre isso na mesa. Nesse dia, os colegas no emprego vão conversar com os outros colegas, vão descobrir que tem criança no Brasil, porque às vezes a gente esquece; vão lembrar das notícias ruins daquele ano anterior sobre as crianças. Cria-se um clima pelo qual a gente se preocupa com as crianças como se a cidade inteira fosse uma grande família. E esse é o maior desafio de um Prefeito. O maior desafio do Prefeito é criar a família da sua cidade. Como a família brasiliense: uma vez me perguntaram qual foi o milagre de conseguir que no Distrito Federal, durante o meu Governo, as pessoas passassem a respeitar a faixa de pedestres. A pessoa chega na calçada aqui – para os que nunca vieram –, põe a mão e o carro pára: pode ser do Presidente, pode ser do Senador, pode ser de quem for,

pode ser um Mercedes ou um fusquinha; pára, para pessoas descalças atravessarem a rua. Por quê? Porque a gente fez com que se acreditasse que Brasília era uma grande família, e a gente pode até não parar o carro para um estranho, mas para um irmão pára. E hoje pegou, e todo mundo pára. Foi uma mudança de mentalidade. Mas essa eu não quero tocar para os Prefeitos nem recomendar, porque eu quero me concentrar no assunto das crianças, em como fazer com que um Prefeito seja tio de todas as crianças da sua cidade.

Eu não esqueço, nessa lista que eu tinha no meu computador, das crianças de rua, que passei, Senador João Durval, a acompanhar uma por uma, através desse Secretário da Criança, o Dr. Osvaldo Russo. Acompanhava uma por uma. E um dia de manhã eu li que uma criança tinha sido assassinada na rua. Cheguei ao meu gabinete, abri o computador, e pensei: vou ter que escolher um assessor para criticar, porque esse nome é capaz de não estar lá. O nome estava. A sensação que eu tive quando vi que aquela criança teria de ser deletada, que aquela criança tinha um nome, foi a sensação de quem tem a notícia da morte de um parente, não de um estranho. Deixou de ser estatística.

Prefeito, não trate seu povo como estatística, trate como gente. E a melhor maneira é saber os nomes. Não que vá conhecer todos pelo nome, mas vai saber que aquele nome existe.

O dia municipal da preocupação, do compromisso com as crianças e os adolescentes faz uma grande diferença. Eu estive em um país chamado Tunísia, onde havia um dia – deve haver ainda – em que o país todo se mobiliza em solidariedade aos pobres. As crianças deixam as aulas e vão para os sinais de trânsito pedir dinheiro. Esse dinheiro vai para uma conta administrada pela sociedade, não pelo Governo. E o dinheiro todo vai para fazer aquilo que a gente faz aqui como Bolsa Família, vai para abrir pontos de microcrédito. É um dia nacional que existe na Tunísia, criado pelo Presidente Ben Ali, anos atrás, para buscar dinheiro. Eu nem proponho isso aqui. Eu proponho que as aulas continuem e que o dia seja de reflexão, de discussão, de cobrança mútua sobre a situação das crianças. Se o Brasil tivesse um dia de reflexão sobre a criança... Nós fizemos aqui mais de uma vigília pelos aposentados, mas não fizemos ainda nenhuma vigília pelas crianças. E vou convidar o Senador Mão Santa para essa vigília, porque eu vim a todas as vigílias pelos aposentados, salvo a primeira, e estou solidário com eles. E vamos continuar a fazer mais vigílias pelos aposentados, enquanto eles precisarem, mas vamos fazer uma também pelos futuros aposentados, que se

aposentão daqui a 50 anos, que são as crianças. Isso é o que a gente pode fazer nesse dia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Dou o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, quis Deus V. Ex^a estar aí do lado do Paulo Paim, porque me faz respeitar muito o Partido dos Trabalhadores figura como V. Ex^a – execro outras, como também no meu partido deve haver gente a ser execrada. Mas eu queria dizer o seguinte: vamos pedir ao Presidente Luiz Inácio – estão aí vocês do PT, ele é do PDT, está aqui o Durval do PDT, o Mozarildo do PTB e eu do PMDB – para encaminhar esse homem para a Unesco, que cuida da ciência e tal. O que V. Ex^a está dizendo aqui é o que faltou ser dito – ó, Luiz Inácio – para os Prefeitos. Eu vou dar o exemplo, e eu estou aqui para ensinar o Luiz Inácio; eu sou é pai da Pátria. Senador serve para isso. No dia em que eu não tiver essa condição, renuncio e vou embora. Mas tenho. É possível e é real, Luiz Inácio. Eu fui prefeitinho: Parnaíba, 150 mil habitantes. Serys, você sabe quantos meninos de rua havia? É possível, é real! V. Ex^a é a inteligência, é a ética, é a decência e a realidade, não é nem a esperança deste Brasil. É real! Ó, Luiz Inácio, eu fui prefeitinho. Aí a minha esposa – daí eu citar muito minha mulher, Adalgisa – teve a idéia de fazer a Escola do Bom Menino. Paim, não deram 30; deram só 27, daqueles de casa sem família. Uma triagem feita pelo serviço social. Vinte e sete só, João Durval! Parnaíba tem 150 mil habitantes. O que é isso? Vinte e sete crianças de rua. Ela contratou um prédio, professora especializada, psicóloga especializada. E a coisa mais bonita é, hoje, quando eu ando por minha cidade, encontrar um rapagão e ouvir: "Eu era Bom Menino" – fardava-os e eles passavam a fazer parte da Bom Menino. Ainda mais: a equipe lá orientava para que eles tivessem trabalho. Não era trabalho escravo; era uma maneira de aprender, como Mauá, que trabalhou criança; como João Paulo dos Reis Velloso, que trabalhou na fábrica do meu avô. Então, inspirados nisso, à tarde arrumavam bolsas para eles fazerem estágios profissionalizantes; nada de trabalho escravo. O trabalho ensina, significa! Eu cito exemplos dos maiores brasileiros: Mauá começou com nove anos; João Paulo Reis Velloso também, na fábrica do meu avô. Então, eram orientados, Bom Menino. Logo após, o povo e Deus levaram-me a ser Governador do Estado, e a mesma coisa Adalgisa fez na capital – daí a sua importante e influente liderança na capital. V. Ex^a entendeu? Tiramos todos – eu não sei o número. Quer dizer, isso é viável, é possível e é real. Agora, eu la-

mento... Luiz Inácio, está aqui o nome para a Unesco. Andei agora na Europa, passei lá vinte dias e visitei dois países. Não vi um miúdo – é a palavra deles para menino – na rua pedindo esmola. Não vi, e Luiz Inácio sabe disso. Então, V. Ex^a é essa pessoa. O que V. Ex^a disse está exato. Foi uma pena V. Ex^a não ser convidado para dar essa mensagem para os prefeitos. Mas eu acho que o nosso Senado pode melhorar. Podemos nos inspirar no Senado da Itália, que tem aquela figura do Senador honorário, vitalício, convidado por mérito. Acho que o nosso País deveria seguir esse exemplo. E V. Ex^a seria um desses Senadores honorários, pela inteligência, pela pureza e pela ética. É real! Continue a lutar! É como Martin Luther King – homenagem ao Paim –: “Eu tenho um sonho”. Esse seu sonho é bem possível, e nós o realizamos no Estado do Piauí. Isso é um absurdo, isso é uma barbárie. Luiz Inácio, andei agorinha, por vinte dias, por Portugal e Espanha e não vi uma criança no meio da rua pedindo esmola.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem, Senador Mão Santa. E não as vemos também em muitos países até mais pobres que esses.

Mas quero agarrar uma coisa que o senhor falou, Senador Mão Santa, e tentar explorá-la. O senhor lembrou aqui algo que esquecemos e, ao esquecermos, diminui nossa responsabilidade. Nós somos ou deveríamos ser os pais da Pátria; Senador é isso.

Sabe o que eu acho, Senador? A gente deveria escrever aqui ou lá na frente: “Aqui trabalham os pais da Pátria”. Se a gente fizesse isso, todo dia a gente ia ter de fazer uma reflexão, porque pai não rouba da família – pode até roubar de outro país, mas não seria corrupto. E quando se pensa em pai, a associação que se faz é sobretudo com as crianças. Se a gente tivesse escrito “Nós aqui trabalhamos como pais da Pátria”, todos os dias a gente falaria das crianças brasileiras e de como elas estão. Esse é um ponto do seu discurso.

O outro é mostrar que é possível. Aqui, conseguimos tirar todas as crianças da rua, salvo algumas que tinham mais de 16 anos – nesse caso, não pôde ser da maneira simples.

Qual foi a maneira simples? Para cada criança dessas que estava no computador, o Secretário da Criança procurava uma família para as receber. Para essas famílias, a gente dava uma Bolsa-Escola, que, naquela época, no meu governo, era um salário mínimo. Ou seja, graças ao Senador Paim, era quase R\$500,00 a Bolsa-Família. Graças ao Senador Paim, que tanto lutou para aumentar o salário mínimo. Mas ressalto que esse valor não era por criança, porque o número de crianças não tem nada a ver com o governo; é uma opção do casal. A gente tem de dar um valor fixo,

como se fosse um trabalho. Entretanto, os de mais de 16, já não havia quem quisesse receber. Conseguimos uma casa na cidade de Planaltina, aonde fomos levar essas crianças de 16 anos, a casa tinha *videogames* e comodidades. Mas eu queria que eles não pudessem entrar e sair na hora em que quisessem, queria que eles cumprissem rigorosamente um calendário, inclusive não ficando na rua depois de certa hora. E um Juiz de Direito dos menores chegou para mim e disse que, se eu fizesse isso, seria preso, porque eu não tinha poder sobre essas crianças, porque elas não eram filhos meus. Eu disse a ele: “Mas minhas filhas eu não deixo ir para a rua na hora em que elas querem” – e elas já eram adolescentes. E ele disse que eu poderia ser preso se fizesse o que tinha em mente. E eu disse para ele: “Doutor, o senhor devia me prender porque eu estou fazendo isso dois anos depois de ter sido eleito Governador. Se o senhor tivesse me prendido nos primeiros dias, por não ter feito, não haveria mais crianças na rua”.

Mas, continuo, Senador – eu vou pedir um pouco de paciência ao Senador Paim também. Outro ponto é o compromisso de acabar com essa maldita coisa chamada prostituição infantil. Nós acabamos com isso aqui, nós acabamos.

Aliás, houve um fato que coincidiu com um encontro de prefeitos desses – desculpem a indiscrição que vou cometer. O nosso Secretário da Criança Osvaldo Russo fez uma campanha usando muito a colaboração da Maçonaria, Senador Mozarildo, que muito nos ajudou. Fizemos uma campanha com os bares e com os taxistas, e um dia fomos lá e fechamos uma boate. Era um dia de encontro de prefeitos, e houve alguns que reclamaram por estarmos fechando aquela boate. E a Justiça, depois, quase criou problemas sérios com o Secretário e com a Polícia, porque não esperamos muita coisa não. Fomos lá, vimos que havia crianças e fechamos. Essa boate, aliás, nunca mais abriu.

Prefeito, você tem condições de resolver esse problema, com um pouco de força e um pouco de ajuda psicológica e monetária, com a família.

Um outro ponto é complementar à Bolsa-Família: a sua transformação em Bolsa-Escola. A Bolsa-Família não é a Bolsa-Escola. A Bolsa-Família é um programa de assistência cujo objetivo é matar a fome, e isso é muito nobre, mas insuficiente. Só matar a fome basta para os outros animais, já que eles não precisam de mais nada além de matar a fome. Agora, para o animal gente, é preciso matar a fome de cultura, de escola.

Como fazer isso? O Governo Federal já paga a Bolsa-Família. Prefeito, dê um pouquinho mais de dinheiro, mas diga: “Só se seu filho estiver, de fato, na escola”. É pouquinho que você precisa. E não comece

na cidade inteira, escolha um bairro mais pobre, comece com dez crianças até chegar a alguns milhares. Esse documento também sugere onde arranjar o dinheiro para fazer essa complementação.

Outra sugestão é a Poupança-Escola. Pouca gente sabe, mas a Bolsa-Escola, quando foi criada por mim aqui no Distrito Federal, tinha duas partes: era um dinheiro mensal se a criança não faltasse às aulas e um dinheiro anual se a criança passasse de ano, só que esse a gente colocava todo mês na Caderneta de Poupança e só podia ser retirado se a criança terminasse o Segundo Grau. Se abandonasse o Segundo Grau, Senador Durval, perdia todo o dinheiro depositado. Isso funcionou muito bem.

Os bancos que estão aí, sendo criticados, podiam fazer isso. E cito um banco que faz isso com a minha Organização Não-Governamental – não é mais minha, pois há anos estou afastado –, a Missão Criança. Há um banco que faz isso, mas um banco que faz com um número pequeno. Se o prefeito ou a prefeita procurar um banco, ele é capaz de bancar isso. Cinquenta reais por ano por criança já faz uma diferença, porque, no fim de onze anos, são quinhentos e cinquenta reais. A criança fica pensando: "Eu vou ter R\$550,00 para comprar a minha bicicleta ou para comprar o meu computador quando terminar o Segundo Grau". Isso segura a criança na escola. O prefeito pode criar esse programa e, mais uma vez, beneficiar inicialmente um número pequeno de crianças.

Outro ponto é a garantia de vaga aos quatro anos. Cada criança que o prefeito coloca na escola aos quatro anos significa menos gastos que vai ter depois com assistência social, menos gastos depois com problemas decorrentes de desvios que essas crianças possam ter. E essa já é uma lei, uma lei sancionada pelo Presidente Lula, que tem que ser cumprida. Não espere que o Ministério Público obrigue-o a cumprí-la, Prefeito! Saia na frente! Garanta vaga para toda criança aos quatro anos. Crie a escola em casa.

A escola em casa é um projeto simples. Escolha, identifique os meninos adolescentes que são bons alunos. Pague um pouquinho para eles, para eles cuidarem dos menores, para eles ajudarem os menores a fazerem o dever de casa, para os menores não ficarem na rua, para os menores jogarem futebol. Você estará dando renda a uma criança pobre ou adolescente que estuda bem e tratando e cuidando de uma criança pequena que precisa dessa ajuda. Essa é uma maneira simples de começar uma espécie de complementação do número de horas de aula.

Mas não fique só nisso. Tente implantar horário integral; tente implantar horário integral nas escolas. Você não vai conseguir, em quatro anos, em todas as

escolas da sua cidade. Comece em uma, em duas, em três escolas, onde o horário seja das sete ou oito até às quatro ou seis horas da noite. É possível. Não é possível na cidade inteira, mas, em uma, duas, três escolas, é possível. De preferência, todas as escolas de um bairro. Isso é possível.

A outra coisa é você fazer um programa para as crianças de menos de quatro anos, porque, até aqui, falei das que estão na escola. E as de menos de quatro anos? Aí é simplesmente dar uma cesta básica para as famílias. Mas não dê gratuitamente. Só dê a cesta básica se a mãe aceitar o compromisso de, uma vez por mês, fazer um curso de como tratar as crianças, porque muitas não sabem como tratar a criança, não sabem a importância da limpeza, não sabem os sintomas iniciais de uma doença. Fui assistir a cursos desse tipo e vi, uma vez, uma mãe chorando durante um curso. Perguntei por quê. Ela disse: "Estou percebendo que faço com minha filha hoje o que minha mãe fazia comigo, e eu não gostava, como, na hora de brincar, ficar fazendo alguns serviços domésticos".

Crie o programa também de ir atrás das crianças que não estão matriculadas. Não é difícil saber quais crianças não estão matriculadas. Tem que ir buscá-las em casa. O prefeito não pode dizer: "Minha responsabilidade começa depois que entra na escola". A responsabilidade é maior até com aquelas que não entraram na escola.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Descubra onde elas estão e vá em busca. Uma conversa com os pais, que, às vezes, não sabem que a criança não está na escola, uma pequena ajuda resolve. Erradique o analfabetismo de adultos. Um pai analfabeto, uma mãe analfabeto faz com que você gaste mais dinheiro com a escola para ensinar os filhos deles do que se eles forem alfabetizados. Cada real gasto na alfabetização de adultos volta para seu cofre multiplicado por R\$10,00, R\$20,00, R\$100,00, porque a pessoa consegue arranjar emprego, porque a pessoa consegue ter renda maior, porque a pessoa vai gastar, e você recebe mais ICMS, e porque fica mais fácil para os professores ensinarem seus filhos. É um investimento alfabetizar. Por isso, não se limite a fazer programas de alfabetização, faça duas coisas mais: uma, localize onde estão os analfabetos adultos e dê um incentivo.

No Brasil, depois que você termina o curso de engenharia e de medicina, o Governo dá US\$1 mil por mês para você fazer um curso no exterior chamado doutorado. Por que você não dá um valorzinho pe-

queno para que aquele que nem aprendeu a ler ainda possa aprender a ler?

Por que existe bolsa para doutor e não existe para analfabeto, se ninguém consegue ser doutor se primeiro não aprender a ler?

Fiz isso no meu governo. Pagava R\$100,00 no dia em que aprendesse a ler, porque, também, se você der dinheiro todo mês, ninguém é besta, vai ficar a vida inteira dizendo que ainda não aprendeu a ler. Não. No dia em que escrevia a primeira carta em sala de aula, recebia R\$100,00. Não precisa ser R\$100,00 em todas as cidades, mas dê um incentivo.

Estou terminando minha fala, Senador, porque sei que V. Ex^a tem que viajar e vai falar ainda.

Traga um programa chamado Parceria com a Escola. O Governo do Distrito Federal, devo reconhecer, tem um bom programa de parceria com a escola. Adotei uma escola. Há uma escola do Distrito Federal que é adotada por mim. Não que eu pague o salário dos professores, não que eu mantenha a escola. Não, mas vou em busca de empresários que investem naquela escola. Conseguí, com isso, construir uma quadra nessa escola; consegui, com isso, ter uma sala altamente moderna, onde, no lugar do quadro-negro, está um chamado quadro inteligente, que é um terminal de computador. Conseguimos coisas com a mobilização da sociedade. Procure fazer parcerias na sua cidade, trazendo empresários e pessoas de boa vontade que adotem a escola. Você mantém o salário, você mantém a escola, mas esse pouco que falta para melhorar a escola, a gente pode conseguir com muita gente.

Não basta alfabetizar. É preciso fazer com que as pessoas leiam, e são dois momentos diferentes: um é alfabetizar, outro é fazer com que leiam. Crie um programa de leitura. Coloque bibliotecas domésticas. Ponha 100 livros numa casa e diga: "Essa casa é a biblioteca na rua". Vocês vão ver a diferença.

Se um menino nunca vê uma bola de futebol, ele nunca será um jogador de futebol; se um menino nunca viu, pegou e brincou com livro, ele nunca será um leitor. Coloque livro dentro das casas, se não em todas, em uma de cada rua. Cem livros, 50 livros, ponha um livro! As instituições religiosas distribuem bíblias. Coloque bíblias. Não pode ser só bíblia. Se as outras religiões quiserem dar, ponha também os livros das outras religiões.

Uma campanha de doação de livros faz com que sobrem livros para você colocar. Crie um agente de leitura, pessoas que vão às casas, levando livros e dizendo: fica aqui o livro. Use os carteiros. Tudo isso foram programas de que participei e que criei. Crie um programa chamado Meu Primeiro Livro. Para toda criança que nascer na sua cidade, você dá um livro

de presente. Ela só vai saber disso daí a cinco anos, mas, durante todos os cinco anos, o pai fica dizendo: "Este livro foi o prefeito que lhe deu". Crie o gosto, a atração. Crie um programa fazendo com que a cidade seja parte da escola. Isso é fundamental. Basta usar bem as praças, colocar jogo de xadrez nas praças, teatro na rua – teatro simples, não precisa ser coisa sofisticada.

E, finalmente, saindo das crianças e não fugindo delas – em um minuto eu termino, Senador –, na sua cidade, deve haver universitários que têm que estudar em outras cidades. Ajude essas crianças – jovens, aliás – a estudar. Alugue um ônibus para que leve esses jovens da sua cidade até a cidade vizinha onde elas estudam. Mas não faça isso de graça; não faça de graça. Exija desses jovens que eles ajudem no programa de alfabetização. Obrigue esses jovens a participarem da complementação da escola das crianças. Requeira desses jovens a participação no esforço da educação de base. Incentive esses jovens que vão estudar em outras cidades a fazerem pedagogias e licenciaturas para substituírem os professores que se vão aposentando, quando novos são contratados.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Essas são algumas das idéias que venho distribuindo entre os prefeitos, com a experiência de quem foi prefeito, ainda que com o título de governador. Isso que mandei distribuir ontem na reunião dos prefeitos, nesses últimos dias, e vou continuar distribuindo. O prefeito que quiser receber basta escrever para meu nome no Senado, ou entrar no site www.cristovam.org.br. Lá dentro tem essas informações e novas, que a gente foi aprendendo com prefeitos que estão fazendo coisas belíssimas por este País afora.

Quero encerrar, mas o Senador Cícero Lucena pediu a palavra, e, para mim, seu aparte só pode engrandecer.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Na verdade, para dar um testemunho sobre essa sua peregrinação em favor da educação no nosso País. Eu estava me deslocando quando ouvi seu pronunciamento e quero falar sobre a questão da alfabetização de jovens e adultos. Quando Prefeito, na minha querida João Pessoa, no meu segundo mandato, havia cerca de 35 mil adultos analfabetos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – E, no primeiro ano como Prefeito, com o Sr. Ministro da Educação, fizemos um programa e conseguimos alfabetizar cerca

de 13 mil jovens e adultos. Fiz isso, Senador Cristovam e cheguei a ir, com a minha equipe – e registro isso com muita alegria –, aos grandes edifícios dos grandes condomínios da cidade, pedir uma reunião com os síndicos para sugerir que aproveitássemos, em determinado momento, o salão de festas dos prédios, transformando-os em sala de aula para os possíveis trabalhadores daquele condomínio. E, para a minha grata surpresa, em um dos prédios a que fui, o Edifício Caricé, na cidade de João Pessoa, ao terminar uma dessas reuniões, um morador do prédio, um proprietário, inscreveu-se para se alfabetizar também. Então, foi um trabalho – como o senhor bem o disse – que nós precisamos buscar, nós precisamos procurar. Refiro-me não apenas aos jovens e adultos, mas também às crianças. Quando assumimos a prefeitura, com o Professor Neroaldo Pontes – que o senhor conhece tão bem, ex-reitor da Universidade Federal da Paraíba, hoje Secretário de Educação do Estado –, estabelecemos que era proibido dizer que não havia vagas. Pegamos aquela placa, que é tão corriqueira em canteiro de obras: “Há vagas”, e a colocamos em todas as escolas. Saímos de 27 mil alunos para 74 mil, na cidade de João Pessoa. Criamos um programa chamado “Do Censo à Escola”, em que professores com problemas de saúde – alergia – e outros funcionários da Secretaria de Educação, tinham como meta, como objetivo, visitar casa por casa na cidade de João Pessoa, localizar se havia criança fora de sala de aula e levar essa criança à escola e matriculá-la. Da mesma forma, recordo-me do dia – e conto essa história com muita alegria, e Neroaldo também –, Neroaldo tinha chegado com a equipe, também feliz da vida, comemorando, porque havia atingido o índice de 98% de crianças em sala de aula. Repito: 98%! Parabenizei toda a equipe, e fiquei, da mesma forma, muito feliz. Mas, fiz uma pequena pergunta a eles: “E onde estão os outros 2%?” Vamos atrás dessas crianças. Identificamos que parte desses 2% eram portadores de deficiência. Adaptamos nossas escolas para que elas pudessem abrigar também o aluno deficiente. Daí somar-me à sua preocupação. Acho que é dever, é obrigação, é mais do que uma obrigação do cargo que se ocupa, é um dever de cidadão ter a chance e a oportunidade de oferecer a alguém aquilo que vai ajudá-lo a ser mais cidadão na nossa querida Pátria, no nosso querido Brasil. Por isso, sou sempre um admirador dessa sua peregrinação em favor do bem deste País. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Muito obrigado, Senador Cícero.

Termino, dizendo aos prefeitos que estão nos escutando que percebam que, como foi feito em João Pessoa e em Brasília, pode ser feito em qualquer ou-

tra cidade. Só precisa de uma coisa, Sr. Prefeito, Srª Prefeita: é você saber se quer ficar na história como quem fez muitos viadutos ou se quer ficar na história como quem cuidou bem das crianças.

Quando puder fazer as duas coisas, muito bem; quando não puder, opte pelas crianças, porque elas são o viaduto para o futuro. Sua obrigação é cuidar da sua cidade como se fosse a sua casa, como falei, no começo, que uma senhora disse-me que eu era um bom inquilino da casa dela. A coisa mais importante que tem em uma casa são as crianças. Vamos cuidar bem delas. É possível, basta uma vontade obstinada de querer ficar na história, como prefeito ou prefeita das crianças de sua cidade.

Sr. Presidente, obrigado pelo tempo concedido. Espero ter dado uma contribuição.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, e pelos Srs. Paulo Paim e Mão Santa, 3º Secretário, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

V. Ex^a enriquece a democracia, e faz-me poder dizer, com toda a convicção, de que este é um dos melhores Senados do mundo.

Hoje, sexta-feira, poucos Senados estão abertos. E aqui já ouvimos extraordinários pronunciamentos, entre eles, o de V. Ex^a. Só isso já nos coloca vaidosos de pertencermos a esta Casa, que, sem dúvida nenhuma, obedece àquilo que quando meninos vimos o grande líder democrático contra a ditadura de Vargas, dizer: “O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância”. Falo do militar Eduardo Gomes. Esta Casa é que está na vigilância pelo aprimoramento da democracia do povo brasileiro.

Peço permissão para convidar Brasília e o Piauí, o Brasil enfim, para a missa de sétimo dia do extraordinário brasileiro, filho de Parnaíba, Piauí, o primeiro parnaibano a governar o Estado do Piauí em eleições democráticas; foi Deputado Federal várias vezes; Senador da República; foi vice-Presidente desta Casa, Dr. Chagas Rodrigues. Uma das figuras mais honradas. Amigo íntimo, irmão camarada de Mário Covas. Cassado no último ato institucional. E, depois, com a bravura do povo do Piauí, ele voltou a esta Casa como Senador da República.

Então, hoje tem a missa de sétimo dia, na Igreja São Camilo. Convidado a todos os piauienses que residem em Brasília, e têm como símbolo maior da gente piauiense a vida de Chagas Rodrigues. Convidamos,

sobretudo, àqueles que fazem parte do PSDB. Ele foi, no fim de sua carreira, um dos fundadores do PSDB.

Ao fazer o convite, lembro ao Presidente do PSD, Dr. Firmino Filho, ex-Prefeito de Teresina, extraordinário Prefeito, hoje Vereador, está acumulando funções de saúde, para que o seu Partido homenageie esse homem público. Na minha cidade natal também, advirto o extraordinário Deputado Estadual Tererê, do PSDB, que ele lidere as homenagens a Chagas Rodrigues. Então, hoje, estarei na Igreja São Camilo, e convido os piauienses, às 18 horas, para pedir a Deus que receba aquele que, sem dúvida, foi um dos mais corretos piauienses.

Convidamos para usar da palavra o Senador João Durval. Ele é do Partido Democrático Trabalhista, de Leonel Brizola. Carreira das mais brilhantes, foi Governador da Bahia, Prefeito de sua cidade, Feira de Santana, mas a sua maior obra é a família. Ele, lá, com a Dona Ieda dão exemplos de amor ao País de família.

Está no livro de Deus: "Árvore boa dá bons frutos". O seu filho é o Prefeito de Salvador, com o qual convivi, e iniciei sua jornada de reconquistar Brasília.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, por essas palavras elogiosas a minha pessoa e a minha família.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, na recém lançada obra *História do Brasil – uma interpretação*, os professores Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota creditam ao período dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, as medidas que levaram à modernização tardia do nosso País. Essa mudança, assinalam, está centrada em dois pontos:

Essa mudança, assinalam, está centrada em dois pontos: o Plano Real e a reforma do Estado, comportando as privatizações e as concessões de serviços até então tradicionalmente conduzidos pela esfera pública.

Na verdade, esses dois grandes vetores foram os responsáveis pela transformação do nosso país nas últimas décadas. Ao lado de um plano econômico bem-sucedido, a profunda alteração no perfil do Estado preparou e permitiu uma nova e efetiva inserção do Brasil no cenário político e econômico internacional, contando com todas as vantagens e as eventuais desvantagens que esse tipo de inflexão naturalmente promove.

Um dos pontos controversos desse processo, que mereceu inúmeras críticas de analistas de políticos e da sociedade em geral, diz respeito às concessões de

rodovias federais à iniciativa privada que, dentro da nova sistemática, passaram a ser pedagiadas.

Todos haveremos de recordar que, inicialmente, houve um forte impacto comportamental e financeiro sentido pelo transporte de cargas e de passageiros e, sobretudo, pelo cidadão comum.

Na realidade, todos já estávamos habituados a deslocamentos pelo país, suportando rodovias em péssimo estado de conservação – muitas delas haviam retornado ao estágio primitivo da terra batida, mas fazíamos isto sem pagar um centavo.

Os custos de recuperação, manutenção e expansão das rodovias passaram a ser suportados pelo contribuinte, diante da inédita posição de pagador de pedágio. Em muitos casos, o valor cobrado atingiu patamares considerados exagerados pelos usuários. Entretanto, gradualmente, houve uma relativa acomodação dos preços e nos dias que correm a sociedade de forma geral já absorveu essa nova despesa em suas movimentações rodoviárias. Enfim, também não tardou muito para que se começasse a notar a contrapartida oferecida pelo pagamento do pedágio: mais segurança e melhores condições de direção, pavimentos adequados e competente sinalização das estradas, além de serviços de apoio ao motorista, que se foram disseminando nas rodovias federais em regime de concessão.

Creio, Sr^s e Srs. Senadores, que não será exagero afirmar, apesar de todas as idas e vindas dos processos de concessão – dada a sua complexidade, volume de recursos envolvidos e elevado grau de interesse de muitas empresas –, que a administração de nossas BRs pela iniciativa privada tem sido bastante proveitosa para o Brasil e os brasileiros. O amplo impacto positivo para os negócios pode ser facilmente medido não só, mas, em especial, no transporte de cargas por via rodoviária, base modal privilegiada pelos sucessivos Governos. E esse cálculo do custo benefício se materializa na medida em que o tremendo ônus que uma rodovia mal conservada impõe aos proprietários de veículos automotores se vem dissipando graças ao incremento do número de trechos submetidos a concessionárias.

É exatamente por essa admirável soma de razões e soluções que vejo com muita satisfação o sucesso do leilão que concedeu dois trechos de importantes rodovias federais no meu Estado: a BR-324, trecho Salvador – Feira de Santana e a BR-116, no trecho que vai de Feira de Santana à fronteira com o Estado de Minas Gerais. Esse leilão foi realizado com sucesso no dia 21 de janeiro, tendo como vencedor um consórcio liderado por uma empresa espanhola, a Isolux-Corsan com as brasileiras Engevix e Encalso.

A concessionária vencedora ficará responsável pela execução das obras de duplicação do contorno sul de Feira de Santana, o chamado anel rodoviário de um dos principais municípios baianos e também de trechos da BR-116, entre Feira de Santana e o encontro com a BR-242, que liga Brasília a Salvador. Os dois trechos concedidos alcançam uma extensão total de 680 quilômetros.

Caberá também à concessionária apresentar à Agência Nacional de Transportes Terrestres um plano de ação para a duplicação dos segmentos, no máximo até o final do terceiro ano do prazo de concessão. Os benefícios para os usuários e para a economia, no entanto, não ficam por aí. O projeto executivo deverá prever ainda a construção de ruas laterais nos trechos com interferência urbana, que serão implantadas até o final do sétimo ano da concessão, com a construção de pelo menos cinco quilômetros por ano.

Ficará igualmente sob a responsabilidade da empresa concessionária a implantação de passarelas nos trechos com intersecção urbana nos quais sejam detectados problemas de segurança na travessia de pedestres. As passarelas deverão ser construídas entre o início do segundo e o término do terceiro ano do prazo de concessão. No mínimo, 50% dessas obras deverão estar concluídas até o final do segundo ano de concessão.

Como se pode observar, e isso é sentido especialmente pelos usuários dos referidos segmentos, estamos diante de obras necessárias e urgentes, que virão desafogar o intenso tráfego diariamente registrado nos trechos concedidos. Além do mais, insista-se, há inúmeros ganhos econômicos e, sobretudo, de segurança para todos aqueles que precisam transitar por essas importantes áreas da malha rodoviária federal da Bahia. E o mais importante: com o deságio obtido no leilão, os usuários vão pagar pedágios de apenas R\$2,21.

Quero, portanto, Sr. Presidente, registrar aqui a minha imensa satisfação de perceber o empenho da Agência Nacional de Transporte Terrestre no cumprimento de uma de suas missões mais relevantes, garantindo aos baianos e aos brasileiros melhores condições de deslocamento pela nossas rodovias e fomentando a prosperidade entre nós.

Da mesma forma, devo assinalar a importante manifestação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. No início da segunda quinzena de novembro do ano passado, em documento endereçado ao Diretor-Geral da ANTT, Bernardo Figueiredo, o BNDES manifestou a disposição de analisar o apoio aos investimentos previstos na licitação para a concessão de serviços da BRs BR-116 e da BR-324.

É uma notícia auspiciosa, sobretudo considerando o momento especialmente adverso vivido pela economia global, com reflexos que já se manifestam no Brasil.

Finalmente, meus parabéns aos dirigentes da ANTT e ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pelo importante e consistente trabalho que vem realizando em sua marcante gestão.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Paulo Paim – Senador João Durval, permite-me um aparte?

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Pois, não, com todo prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Durval, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, por tudo o que disse, mas principalmente pelo elogio que faz ao BNDES, que, com absoluta certeza, cumpre um papel fundamental neste momento de crise. Todos nós, eu diria, estamos mais do que preocupados. Ainda ontem vi, em todo o País, passeatas, mobilizações de trabalhadores demonstrando preocupação com o desemprego. O BNDES é um banco fundamental, de investimentos principalmente na micro, média e pequena empresas, em obras vinculadas ao próprio Governo Federal e que podem garantir parte dos empregos em cada Estado. V. Ex^a, quando faz esse pronunciamento fortalecendo o BNDES, entendo que V. Ex^a está contribuindo para a importância que os bancos, como o BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, contribuem neste momento tão importante. Eu faço este aparte porque vou tratar também da crise, vou tratar também desse tema. Estou convencidíssimo – e permita que eu diga isso – que mais do que nunca é hora de combatermos a taxa de juros. Não estou aqui inventando a roda, Senador Mozarildo, todos nós temos clareza disso. Sobre o tal do *spread* bancário, ontem eu disse: fala-se em *spread* bancário, mas muita gente que está do lado de lá, vendo-nos na televisão, não sabe nem o que é *spread* bancário, que é a diferença entre o dinheiro que o banco toma do poupadão, daquele que aplica, e aquilo que ele, na verdade, bota à disposição no mercado. E é um absurdo, é 10 vezes mais do que aquilo que o banco recebe do poupadão. Então, esse *spread* tem que diminuir. Os banqueiros estavam sorrindo, digamos, cantando à vontade com os lucros fabulosos que os bancos estavam dando, e, no momento de crise, eles querem manter os lucros. É impossível manter esse lucro, coisa que no meu entendimento não faz o BNDES. Faço este aparte porque vou tratar do tema, mas quero dar aqui um destaque ao trabalho – que V. Ex^a aqui muito bem elogiou – do nosso BNDES. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Eu agradeço profundamente, sensibilizado, o aparte de V. Ex^a,

Sr. Senador Paulo Paim, uma das grandes figuras do nosso Senado Federal.

Muito obrigado por seu aparte.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os nossos cumprimentos ao Senador João Durval, que governou tão bem o Estado da Bahia, justamente com outro representante, César Borges; e o terceiro representante, que é o herdeiro de Antonio Carlos Magalhães, Antonio Carlos Magalhães Júnior, que tem um herdeiro na Câmara Federal, que é o Corregedor. São pessoas assim que enriquecem e fazem desta Casa a instituição mais forte na manutenção das liberdades democráticas, sem dúvida alguma, o Senado da República.

Convidamos para usar da palavra, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia, o Senador do Partido dos Trabalhadores, Paulo Paim, que representa o Rio Grande do Sul, sua história e sua bravura, com a personalidade que tem geneticamente em defesa do trabalhador, continuando os sonhos de Getúlio Vargas, patrono do Partido de Mozarildo. Ele continua os ideais de Getúlio, de Alberto Pasqualini, de João Goulart, de Pedro Simon e outros em defesa do trabalhador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelas considerações. Digo, por onde tenho andado, que V. Ex^a é meu amigo, porque faz essas considerações elogiosas ao meu trabalho, como são meus amigos todos os Senadores aqui no plenário, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador João Durval, Senadores com os quais tenho dialogado muito e conversado sobre as minhas preocupações.

Vou tratar de um tema no dia de hoje, já com a presença da Senadora Marina Silva, essa líder que, com certeza absoluta, por toda a sua luta, principalmente em relação ao meio ambiente, é um ícone não apenas no Brasil, mas em nível de mundo. Por isso, cumprimento minha querida Senadora Marina Silva.

Sr. Presidente, nesse recesso parlamentar, conversei muito com empresários, trabalhadores, empregados, desempregados, setores de pequenas e médias empresas. Enfim, tive mais acesso à população de forma direta, aproveitando o recesso e viajando pelo meu Estado. Interagi muito, Sr. Presidente. Conversei muito com sindicalistas, aposentados, pensionistas e jovens – universitários ou não. Há uma preocupação enorme com o desemprego e a busca do primeiro posto de trabalho, já que eles percebem que a crise está aí, quem tem emprego está sendo demitido ou aceita redução de salário. E como ficam cerca de 2,5 milhões de jovens que, todo ano, se apresentam para disputar um emprego?

Confesso que estou muito preocupado com a questão do desemprego, que não atinge – claro – só o Brasil, mas, devido à economia globalizada, todo o mundo. Não tenho dúvida de que a crise é global, mas ela está batendo à nossa porta. Não vê quem não quer. A crise está aí. As primeiras vítimas são as pequenas e médias empresas e os trabalhadores. As previsões são preocupantes. Pesquisas indicam que a taxa de desemprego, em outubro último, aumentou 7,7% em relação a setembro, e que, em 2009, infelizmente, essa taxa aumentará e poderá chegar a 9% a 10%. Embora tivéssemos, nos meses de novembro e dezembro, diminuição no número desempregados em Estados brasileiros, esses estudos demonstram, por aquilo que assisti já ontem, de diversos analistas dessa situação.

Estive conversando muito com alguns empresários gaúchos e de outros Estados. Eles me procuraram para demonstrar a escassez do crédito bancário. Essa escassez tem sido a causa de inúmeras demissões e pode ainda provocar dificuldades em outras áreas que ainda não foram afetadas.

Os bancos privados, com medo de ficarem sem caixa – a famosa inadimplência –, num futuro próximo, estão negando crédito aos empresários. Recebem aporte de recursos do Governo, mas são tímidos na hora de conceder empréstimo. E, com isso, já começou, porque isso faz parte da chamada roda da economia, a haver atraso no pagamento aos fornecedores por parte dos empresários e, naturalmente, dos salários, havendo inadimplência deles com os credores.

As pequenas e médias empresas estão se deparando com o fechamento de suas linhas de crédito e amargando demissões indesejadas.

Quem viu ontem os jornais viu que, ao mesmo tempo, uma televisão mostrava que uma empresa empregou 40 trabalhadores no mercado de produtos para beleza e, por outro lado, falava-se em dez mil demissões no setor de calçados.

A lógica é bastante fácil e todos compreendem. Desde o começo da chamada crise econômica mundial, iniciada no segundo semestre do ano passado, os grandes projetos de investimentos foram cancelados ou adiados.

A demanda se retrai diante da escassez de crédito, as taxas de desemprego só podiam subir. O sentimento da população é de total incerteza e desconfiança com o futuro. A expectativa que paira no ar é de insegurança. O que virá no amanhã? Isso é fato, isso é o mundo real de quem está no dia-a-dia sentindo que está acontecendo.

Sr. Presidente, com a retração da demanda, o sistema passa a operar com capacidade ociosa, cain-

do a renda e o número de empregos, reduzindo assim a capacidade de novos investimentos e provocando o colapso no sistema.

A meu ver, temos que encontrar uma saída brasileira, um modelo nosso. Não é hora de copiar modelos lá de fora, mas de inovar aqui dentro. As medidas fiscais e financeiras têm que ser ousadas, capazes de reverter a expectativa adversa e frear a evolução desse ciclo recessivo.

É preciso, como eu dizia antes, Senador João Durval, diminuir de fato esse famoso *spread* bancário. De tanto eu falar em *spread* bancário, recebi inúmeros e-mails: "Paim, para de falar no tal do *spread* e explica o que é o *spread*. Vocês aí acham que todo o Brasil sabe o que é o tal do *spread*, mas 90% não sabem o que é o tal do *spread* bancário."

Então, reafirmo aqui: *spread* bancário – esse que a maioria da população não sabe mesmo o que é – é essa palavra em inglês que se refere a tudo aquilo que o banco cobra da população além do valor percentual que ele está pagando de quem ele tomou o recurso, ou seja, o poupador.

Esse *spread* – porque essa é a palavra usada – é que tem permitido aos bancos um lucro abusivo, o maior de todos os tempos. A taxa de juros no Brasil – e não estou falando aqui nenhuma novidade – é uma verdadeira agiotagem, uma verdadeira agiotagem. Os bancos não querem abrir mão dos seus lucros abusivos.

Há poucos meses ou, se quiserem, até um ano atrás, os lucros exorbitantes estavam assegurados aos bancos. Eram só sorrisos. Eram só sorrisos. Agora que existe uma crise, eles querem manter esses mesmos lucros, mandando a conta para quem? Para a população, para os trabalhadores, para o desemprego, sem nenhuma preocupação.

Eu diria, meus amigos e minhas amigas, que são avassaladoras as informações que estamos recebendo do setor exportador, principalmente na área calçadista, não só do meu Rio Grande, mas também de São Paulo e do Nordeste.

Quem está acompanhando este debate sabe que é demissão em massa. Dezenas de milhares de trabalhadores estão perdendo os empregos, muitas empresas dando férias coletivas de dois, três meses, apostando no banco de horas. A insegurança junto aos trabalhadores é enorme, porque eles sabem que, se esse quadro não melhorar no retorno das férias, o que vai acontecer? Eles serão demitidos, e sabem disso. Claro que fica uma enorme insegurança. E eu sugiro: calculem os senhores a agonia dessas famílias!

Tenho o temor de que todo o excelente trabalho feito pela equipe do Presidente Lula até o momento seja posto em xeque devido à crise mundial. Entendo

que o papel dos bancos públicos e também dos privados é assumir cada vez mais a sua responsabilidade social e que a atuação do Governo é fundamental para reverter este cenário que, infelizmente, não aponta para bons ventos.

Srs. e Sra's Senadores e Senadoras, não tem como o Parlamento não estar no centro também deste debate, com propostas que venham contribuir pelo menos para diminuir os efeitos desta crise global. Todos estamos assistindo. O debate é nacional, acontece em todo o País, não importa se é em São Paulo, se é no Rio de Janeiro, se é em Minas, se é no Rio Grande do Sul, se é na região da Amazônia, se é lá no Nordeste. Enfim, está em todos os Estados brasileiros.

Eu presido aqui no Senado – eu presidia a Comissão dos Direitos Humanos – a Subcomissão de Trabalho e Previdência. E vou propor, Sr. Presidente, às centrais sindicais, a representantes do empresariado, ao Governo e aos próprios banqueiros, que a gente tenha uma reunião para discutir a questão do desemprego.

Eu entendo, Sr. Presidente, que nós podemos inovar. Eu estou vendo, em diálogos com sindicalistas, que existem inúmeros propostas: redução da jornada com redução de salário. Conforme a mídia, já foram investidos mais de R\$500 bilhões no Brasil em medidas, de uma forma ou de outra, entre renúncias fiscais, para combater a crise. Eu me pergunto: nós não poderíamos então – e eu quero debater isso com os setores organizados da sociedade – fazer com que houvesse de forma optativa a redução de jornada sem redução de salário. Mas o empregador, que está sentindo também a crise, deduziria de impostos a pagar à União o correspondente àquelas duas horas, por exemplo, deduzidas da jornada diária do trabalhador. Ora, o dinheiro fica no mercado, o empregador tem condições de pagar o trabalhador, e esse por sua vez vai ter que gastar, porque ele vive daquele pouco dinheiro. Isso reativa o mercado interno e o dinheiro vai direto para a ponta, chega efetivamente lá.

Essa medida, no meu entendimento, seria muito mais forte no combate a crise do que simplesmente o Governo destinar – não que não tenha que fazer um bom debate com os banqueiros – mas investimentos junto aos bancos que detêm o recurso e não estão encaminhando como acho que deveriam para as pequenas e médias empresas. Esse dinheiro fortaleceria o mercado interno, circularia lá na base. O empregado, com mais poder aquisitivo – aí vem a lógica –, compra; se ele compra, alguém vende; e, se alguém vende, alguém tem que produzir, fortalecendo o próprio mercado de trabalho e consequentemente o emprego.

Com esse mesmo objetivo, Sr. Presidente, e com olhar preocupado na micro e pequena empresa, Sr. Presidente, entendo – e aqui elogio – o BNDES em seu papel de banco de fomento, e V. Ex^a também destacou que deve focar mais o seu olhar nas pequenas e médias empresas. É hora de avançarmos nessa estratégia.

Nesse sentido, Sr. Presidente – depois vou passar aos apartes – apresentei em 2008 o PLS nº 376, que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas – FFMPME.

No mundo inteiro, as micro, pequenas e médias empresas são as principais responsáveis pela criação de empregos, bem como têm importante papel na sustentação da demanda agregada, na introdução de inovações mercadológicas e na geração de renda.

O Brasil não difere, o Brasil não é uma ilha. É amplamente reconhecida por todos nós a necessidade de oferecer a essas empresas melhores condições para que operem e prosperem, contribuindo com responsabilidade social para o bem-estar da população.

O Projeto propõe a criação de uma rubrica contábil específica para reunir o conjunto de recursos públicos hoje destinados ao setor, cuja disponibilidade financeira poderá alavancar os empréstimos, aí sim, concedido pelos bancos públicos federais para aquelas empresas que efetivamente não demitirem. Tem que haver uma cumplicidade. Tem que haver uma parceira. Por isso insisto tanto.

Quero ainda destacar, Sr. Presidente, que apresentei também o PL nº 254, de 2005. Apresentei em 2005, lá em 2005, para que não digam: “Não, ele apresentou agora”. Propõe o quê? Redução de jornada de trabalho sem redução de salário com o objetivo de promover pleno emprego em curto prazo. O projeto cria o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego, chamado PEPE, com o objetivo de reduzir a jornada em regime de seis horas, se assim for o acordo entre as partes, porque no projeto é optativo, com o compromisso de manter o nível de produtividade e de emprego. O plano, ressalto aqui, é voluntário. Poderíamos, durante o prazo, analisar se ele está dando certo ou não.

Sr. Presidente, claro que entendo que isso passará por um debate que entra no foco da legislação trabalhista, de questões que para mim são pontuais e que podem ser discutidas, de questões obsoletas, e também da questão tributária. O empresário que aderir ao plano terá redução de alíquotas, desde que efetivamente não demita. O projeto está na CCJ. Depois vai à Comissão de Assuntos Econômicos e à de Assuntos Sociais. Acredito eu que esse é um projeto que poderia dar fôlego aos empresários e aos trabalhadores.

O desemprego está destruindo famílias, determinando a doença social do desânimo e da falta de autoestima. Está, sem sombra de dúvida – V. Ex^a fala sobre isso, Senador Mão Santa –, aumentando a criminalidade.

Muitos talvez não percebam, a violência está avançado, no campo como na cidade, está se alastrando como se fosse uma epidemia. Tenho certeza de que nenhum de nós deseja isso para o nosso povo.

Senhoras e Senhores, sei que o sentimento alarmista nada ajuda na solução de problemas. Não somos alarmistas, mas é preciso estarmos atentos para combater o mal, para combater o pior e caminharmos para uma perspectiva futura melhor para todos.

Em janeiro deste ano, o número de pedidos de empresas que ajuizaram ação de recuperação judicial quadruplicou em relação a janeiro de 2008. A falta de crédito no mercado, segundo dizem os empresários, é o principal motivo dessa demanda. Ao entrarem em recuperação judicial, as empresas adiam seus planos de investimento e podem repactuar seus débitos. Aí eles vão por esse caminho. É uma das formas de tentar enganar a crise.

A mídia propriamente dita nacional tem pautada em suas edições manchetes que não são positivas e que temos de ler. No que tange à balança comercial, por exemplo, indicando o recuo de 23% nas exportações no mês de janeiro. O déficit comercial brasileiro, registrado em janeiro, chegou a US\$518 milhões, um índice nada agradável.

Essa queda nas exportações evidencia a retração de demanda no mercado internacional. É preciso que sejam tomadas medidas para fomentar o mercado interno e olhar com muito carinho e respeito para o mercado externo. Minha maior preocupação, ao longo deste pronunciamento – todos perceberam –, é com o desemprego e com uma melhor distribuição de renda. O número de trabalhadores dispensados está aumentando. Isso é grave. Não é bom para ninguém. O nosso maior desafio, neste momento, é manter o crescimento econômico, o mercado de trabalho e a distribuição de renda. O Brasil não pode continuar sendo um dos principais países do mundo em concentração de renda.

Aproveito o aparte solicitado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti para que, depois, eu possa concluir o raciocínio que vai na mesma linha. Eu só quis chegar a este momento e, com alegria, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paulo Paim, inicialmente, quero agradecer a oportunidade de aparteá-lo e dizer que ontem V. Ex^a fez um belo pronunciamento, cuidando dos trabalhadores já aposentados ou dos pensionistas dos trabalhadores

aposentados que morreram. E hoje faz um belíssimo pronunciamento no que tange à questão do emprego *versus* desemprego. De todas as sugestões dadas – todas muito boas –, acho que uma aí realmente deveria ser muito bem avaliada pelo Governo e implementada com rapidez, que é justamente a questão da relação trabalhista. Não adianta dizer: não demita. Mas como o empregador não demite se ele não pode pagar? Então, realmente, essa ideia de V. Ex^a de permitir essa fórmula – vamos dizer – voluntária, mas que o empregador, ao não demitir, fosse compensado de alguma forma, com isenções fiscais etc...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Impostos a pagar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ou com parcelamento maior dos impostos a pagar. Assim, você teria realmente a garantia. E eu sempre digo que o nosso partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, ele realmente prima pela questão do trabalhismo, quer dizer, é cuidar para que exista empregado, portanto, para existir empregador, porque é preciso. Então, entendo que é hora de se fazer — e V. Ex^a tem projetos apresentados em 2005 —, já que estamos numa emergência, a adoção dessas medidas. Agora eu digo que este é o momento de se fazer algumas dessas coisas por medida provisória.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por que não um pacto pelo emprego, não é? É sobre o que estou discorrendo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. Entendo que agora existe urgência e relevância para que o Governo adote medidas rápidas e, também, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos, que haja uma clareza do Presidente ao abordar essa questão. Eu acho que um pai de família não faz bem à sua família quando ele a ilude de que não está acontecendo nada. Ele realmente tem que ser claro, objetivo e dizer: “Olha, vamos deixar de gastar nisso porque realmente nós estamos atravessando essas dificuldades”. Vamos deixar de fazer coisas, digamos, superficiais ou fúteis, e vamos nos concentrar só no essencial. Então eu quero dizer que é muito importante um pronunciamento como o de V. Ex^a, num momento em que nós temos que agir rapidamente numa questão que, eu diria, não é mais urgente; é emergente, é emergencial.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senadora Marina Silva, V. Ex^a sabe, pelo carinho e respeito que eu tenho pela sua vida e a sua história, da alegria de receber um aparte. Não importa se concordará ou não, mas só de saber que V. Ex^a faz um aparte ao meu pronunciamento, eu fico aqui sorrindo.

A SRA. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senador Paim, pelas suas palavras sempre muito acolhedoras em relação a mim e ao meu trabalho. Quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento que faz nesta manhã de sexta-feira, muito mais para dizer que no momento vivemos duas crises. É bom lembrar que nós estamos vivendo duas crises, e eu diria que talvez a crise ambiental seja mais grave do que a crise econômica, porque ela é a base sobre a qual teremos de encontrar as saídas para a crise econômica de forma sustentável. E, no meu entendimento, as saídas e os socorros que estão sendo dados têm de ser qualificados. Acho que o Presidente Obama está fazendo um gesto muito interessante. Ao tempo em que socorre a indústria automobilística, por entendê-la como estratégica para a economia dos Estados Unidos, e preservar os empregos, que são tão necessários para o benefício da população, o Presidente Obama não está indo pelo caminho mais fácil, de dar o socorro sem pedir uma contrapartida dos empresários no sentido de reduzirem as suas emissões, de que eles busquem soluções técnicas e, sobretudo, de que eles se unam ao compromisso ético de resolver as duas crises. Acho que no Brasil não devemos achar que podemos ir pelo caminho mais fácil. Posso dizer aqui que existe um certo movimento de que, em função da importância estratégica, e concordo com essa importância estratégica, das obras do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento, para vir também em socorro da crise – e isso é muito importante, faço questão de ressaltar – se deva fazer um processo de simplificação ou de subtração da legislação ambiental no que concerne ao licenciamento ambiental. No meu entendimento, este é um momento de darmos o suporte financeiro, todos os meios, mas também exigir uma contrapartida, porque senão colocaremos um remendo em pano velho. Eu acho que esse não é o melhor caminho. Ainda tentando dar uma contribuição ao pronunciamento que faz V. Ex^a, digo que estamos recebendo socorro para vários setores. No entanto, a indústria florestal certificada do Brasil a duras penas conseguiu se constituir. Lembro-me de que, quando chegamos ao Governo, em 2003, eram 300 mil hectares de florestas certificadas. Agora, quando saí do Ministério, já eram três milhões. Essas pessoas conseguiram sair da exploração predatória para essa quantidade de floresta certificada, o que ainda é muito pouco na realidade da Amazônia, graças ao enfrentamento da ilegalidade. Foi possível tirar o ilegal para estabelecer o legal, com empregos duradouros, com planos de manejo, com certificação, uma indústria florestal que, de fato, pode ter cidadania para seus produtos e para a sua atividade. Essa indústria que está nascendo ain-

da está no berço, está vivendo também os efeitos da crise, porque tem dificuldade de colocar seus produtos no mercado por terem um custo maior. Obviamente, se a pessoa usa tecnologia adequada, paga adequadamente, respeitando os direitos trabalhistas de seus funcionários, faz planos de manejo com todo o cuidado técnico, ele vai ter inicialmente um custo maior. Estão começando a perder a vantagem que tinham no mercado em função da crise. Eu acho que o Governo tem a obrigação de ter o mesmo gesto em relação a esses, para que essa indústria não morra e se estabeleça novamente a ilegalidade e que, em função da crise, até se justifiquem: "bem, não se pode comprar agora o produto certificado porque ele é mais caro. Então, vamos voltar para o saque nas terras indígenas, nas unidades de conservação, nas áreas de florestas que ainda não foram destinadas, com baixa tecnologia, com trabalho escravo e com exploração de madeira predatória". Acho que é correto o gesto do Governo de dar o aporte necessário para resolver os problemas em relação à crise, porque não queremos gerar problemas em relação ao aumento do desemprego, mas é justo que se qualifique esse apoio. Sinto-me sempre incomodada quando vejo perdão de dívida que não tem nenhuma contrapartida. A cada ano tem movimentos para perdão de dívida ou, enfim, algum tipo de benefício sem nenhum tipo de contrapartida em relação às questões sociais e às questões ambientais. Eu acho que, nos Estados Unidos, o Presidente Obama inicia um gesto nessa direção e nós, o Brasil, poderíamos ser aquele país que deveria estar na vanguarda em relação a isso e não discutindo como resolver a crise ambiental, com alguns já fazendo pressão para se utilizar da crise econômica para flexibilizar a legislação ambiental, revogar o Código Florestal e assim por diante. De sorte que quero aqui, concordando com o pronunciamento de V. Ex^a, aportar mais essa informação. Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Marina Silva, solicito já ao Senador Mão Santa que tanto o aparte do Senador Mozarildo quanto, agora, o da nossa querida Senadora Marina Silva sejam incorporados na íntegra, porque sei que o meu pronunciamento eu vou poder mandar reproduzir e encaminhar para setores que me pediram que eu falasse sobre este tema. Vou pedir que o seu aparte seja incluído na íntegra, demonstrando já essa sua justa preocupação com a questão do meio ambiente, com o que concordo, e não poderia ser diferente.

Senadores, eu queria apenas destacar, neste momento, Senador João Durval, Senador Pedro Simon, que as propostas que aqui defendo podem parecer, para muitos, propostas sonhadoras. Mas estou meio

acostumado a apresentar propostas consideradas sonhadoras que no futuro se tornam realidade. Lembrem-me, neste momento, só para fortalecer as ideias, de uma fala do Senador Wellington Salgado na Comissão de Educação. Dizia ele: "Senador Paim, este seu projeto, que permite que alunos possam ter acesso às universidades privadas com ensino gratuito em troca da compensação de tributos a pagar, eu sei que ele é muito mais antigo que o ProUni. Lamentavelmente, tenho que rejeitar o seu projeto, mesmo sabendo que ele é a semente do ProUni, porque a proposta já está contemplada. Meus parabéns pela iniciativa!"

O que quero dizer com isso? Às vezes, você apresenta uma proposta sonhadora, para alguns sonhadora, irreal para outros, irreal e até irresponsável para outros. Felizmente, o ProUni está aí para a alegria de todos nós. Não importa de onde veio a semente. E o princípio que estou advogando aqui para o setor empresarial não deixa de ser um ProUni para as empresas. Quero enfatizar, com a responsabilidade social, com a não-demissão, e pego o gancho da Senadora Marina, com a responsabilidade também do meio ambiente.

Dou outro exemplo. Senador Mão Santa, quando nós, da tribuna da Câmara e do Senado, dizíamos "este País tem de chegar não a US\$100.00, mas deveria chegar a um salário de US\$200.00", hoje ultrapassou US\$200.00. E eu vejo muitos economistas que, na época, me criticaram dizendo que eu ia quebrar o País hoje dizendo "que bom que bilhões de reais estão sendo investidos no mercado interno graças ao crescimento do salário mínimo". Felizmente, o Presidente Lula entendeu que nós estávamos certos, e, por isso, o salário mínimo hoje ultrapassa a barreira dos US\$100.00.

Sr. Presidente, outro exemplo que eu gostaria de citar de proposta sonhadora para alguns não é minha, mas da Senadora Patrícia Saboya. Quando ela apresentou o projeto, que vai na mesma linha, de ampliar a licença-maternidade de quatro para seis meses – eu tive a alegria de, a convite dela, ser o Relator –, muitos consideraram uma proposta inviável. Nós apostamos que era viável. No meu relatório, ampliei, inclusive, para o serviço público, e daí a proposta vitoriosa em todo o País, inclusive para o Senado. A licença foi ampliada para seis meses e já está em vigor em inúmeros, em dezenas de Estados brasileiros. O projeto hoje é realidade. Tanto era viável, que a área pública e privada o estão implementando.

Sr. Presidente, antes de concluir, peço a tolerância de V. Ex^a por mais, no máximo, cinco minutos, para, perante esse quadro aqui descrito por mim e por outros Senadores, nos apartes, voltar também à questão dos aposentados e pensionistas. Explico o porquê. Os

trabalhadores, que estão mobilizando-se em passeata contra o desemprego, não têm para onde correr: aceitam a demissão em massa ou a redução de jornada com redução de salário, que espero – projeto por nós defendido – que avancemos. Mas quero fazê-lo aqui, neste momento. Se construíssemos um grande entendimento e acabássemos com o fator previdenciário – Senador Mão Santa, V. Ex^a foi o Relator –, como o Senado já aprovou, e agora já está na Câmara, poderíamos colocar à disposição dos trabalhadores um programa não de demissão voluntária, mas de aposentadoria voluntária, que é diferente. Naquele, a pessoa vai para a demissão voluntária e fica sem emprego e sem salário. Recebe até um aporte de recurso naquele momento, mas está na rua da amargura, como a gente fala, cinco ou seis meses depois.

Ora, se aprovassemos o fim do fator, o trabalhador que optasse pela aposentadoria voluntária, desde que preenchesse os requisitos da legislação que propusemos, sem o fator, ele se aposentaria sem o redutor de 40%. Seria poder de compra, o que fortaleceria o mercado interno e abriria uma vaga ainda para os mais jovens que estão aí à procura do primeiro emprego. Com certeza, estaríamos gerando mais postos de trabalho, coisas que outros países já fizeram em tempos de crise – a Alemanha já fez, a Itália já fez –, convocando os trabalhadores que já tivessem preenchidos os requisitos para a sua aposentadoria.

Por que o nosso trabalhador não vai para a aposentadoria, embora já tenha 35 anos de contribuição?

Porque ele sabe que vai ter um redutor de 40% mediante o perverso fator previdenciário. Se disserem para ele “você não vai ter o redutor de 40%, você vai se aposentar com o princípio da integralidade, como era antes do fator”, claro que ele vai optar pela aposentadoria.

Sr. Presidente, quero ainda reafirmar que é preciso, sim, assegurar aos aposentados o mesmo reajuste dado ao mínimo. Com isso, ele teria a garantia de, depois de aposentado, que o seu futuro não seria, mais hoje ou mais amanhã, de ganhar somente um salário mínimo, porque é isso que vai acontecer se não tivermos uma política de recomposição dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Permitam-me aqui – estou na última folha – eu dar um exemplo. Quero só lembrar que o salário mínimo este ano recebeu um reajuste de 11,2%. O aposentado, que ganha, no máximo, seis salários mínimos – esse negócio de dez salários mínimos é papo furado; não tem mais nenhum aposentado que ganha dez, que ganha nove, que ganha oito, que ganha sete, é de sete para baixo –, ele recebeu 5,9%. Pois bem, aqui

no Congresso está em debate, e eu tenho certeza – tenho certeza porque conheço o Congresso – que vai aprovar este ano que o Supremo Tribunal Federal terá um reajuste de 13% para quem tem um teto de 24,5. Então quem ganha dois salários mínimos não pode ter 11,2%; quem ganha 24,5 vai poder ter 13%. E vai passar, não tenho dúvida de que vai passar. Essa reflexão nós temos que fazer.

Sr. Presidente, acredito que a simples redução da jornada de trabalho com redução dos salários e demissão em massa, como está acontecendo, e a manutenção dessa taxa de juros vão na contramão das propostas que visam fortalecer o mercado interno.

Falamos tanto em combater a crise, falamos tanto em consumir mais. Ai, eu pergunto: como consumir mais se os salários estão sendo arrochados? Como consumir mais se a taxa do Brasil é uma das maiores do mundo? Como consumir mais – Sr. Presidente, aí eu conluto – com o desemprego aumentando? Como consumir mais se os benefícios dos aposentados e pensionistas se reduzirão no futuro a um salário mínimo? Como consumir mais se o Brasil é o campeão mundial em concentração de renda?

Termino dizendo: apesar disso tudo, senhores e senhoras, eu não sou um pessimista e, por acreditar neste País, reafirmo as minhas convicções de que o caminho é fortalecer o mercado interno e ter uma atenção especial com o nosso mercado de exportação.

O Brasil é um País continental, tem tudo para dar certo, nossas riquezas naturais, ninguém tem dúvida, são um potencial ainda não utilizado. O povo trabalhador há de continuar na lógica, Senadora Marina Silva, valorizando as nossas riquezas naturais, a beleza deste País e respeitando o meio ambiente.

Terminaria dizendo que é preciso, sim, acreditar no futuro, é preciso não deixar de sonhar, é preciso acreditar que é possível superar os obstáculos.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento do Senador Paulo Paim, em defesa do emprego e trabalho, revivo Deus, que disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Avanço mais, no apóstolo Paulo: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer”. E ficaria com aquele Senador francês, Voltaire, em homenagem a Mozarildo. Voltaire disse o seguinte: “O trabalho afasta três grandes males: a preguiça, o tédio e a pobreza”. V. Ex^a desperta, como Senador pai da Pátria, no Poder Executivo, a preocupação com o trabalho. Rui Barbosa já ensinara: “A primazia deve ser dada ao trabalho e ao trabalhador”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o senhor me permita dizer ao Senador Cícero Lucena que, como eu tinha avançado no tempo, acabei não lhe dando o aparte que sei que S. Ex^a gostaria, como meu Vice-Presidente, com muito orgulho, na Comissão de Direitos Humanos. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Lembrando ali a bandeira, que tem “Ordem e Progresso”, nestas sessões de sexta-feira, já tivemos de apresentar para o País o pensamento desta Casa, a luz para a riqueza da democracia. Já ouvimos o Professor Cristovam Buarque, o Senador João Durval, a Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Paulo Paim e, por uma questão de ordem, Marina Silva. Estava na frente o Mozarildo, que cedeu, pois usou ontem. E vou dizer, Marina: ele mostrou muito amor. Ele disse que temos que ter cobiça com a Amazônia. Eu gostei do termo. Então, vai usar da palavra a Marina Silva, que permutou com Cristovam Buarque. Eu era o primeiro da lista. E eu permuto com Pedro Simon. Em homenagem, ele vai ser o orador seguinte de Marina, uma homenagem que eu faço.

Depois da Marina, eu cedo o meu lugar, eu permuto com V. Ex^a, que é um dever e uma obrigação, e lhe advirto: parece que vou fazer o pronunciamento de nº 976, e o 1.000 vai ser recordar e apresentar a vida e a obra de Pedro Simon.

Marina Silva; Pedro Simon; Cícero Lucena será o terceiro; Mozarildo, o quarto; e eu serei o último.

Senadora Marina Silva, V. Ex^a pode usar a tribuna.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Simon é sempre muito carinhoso e sempre um grande amigo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É porque Cícero, o grande orador, disse: “Nunca fale depois de um grande orador”, e ele falar depois de um grande orador, uma bela oradora, uma pura oradora, é difícil. Mas o Cícero disse porque ele não tinha conhecido o Pedro Simon.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Pedro Simon avançou o Cícero, tornou este Senado maior que o Senado italiano.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigada, Senador Mão Santa, muito obrigada, Senador Pedro Simon. Mas, no assunto que vou tratar aqui, eu tenho muito mais o domínio de coração do que de razão. Vou justificar por que: eu vou falar de futebol.

Não é exatamente uma questão em que eu tenha domínio. Eu sou daquele tipo de torcedor que não

entende as questões técnicas em termos do campo, como entendem meu marido e minhas filhas. Inclusive, a Mayara, que é a caçula, faz parte da seleção de futsal do colégio dela, do Colégio Adventista, lá em Maringá. Eu vou falar de algo em que eu tenho um grande domínio de coração, mas não o tenho, com tanta propriedade, de razão. E é desse lugar do coração que eu quero falar, mas sem esquecer que a proposta que vou defender está baseada e fundamentada em vários aspectos técnicos e, com toda a razão, está sendo agora avaliada pela Fifa e pela CBF.

Eu vou falar da Copa de 2014, esse evento que nos apaixona a todos, que mobiliza bilhões de pessoas em todo o mundo e que faz com que o mundo pare nos mais diferentes lugares para assistir a homens e mulheres correndo atrás do sonho, do sonho de ser campeão. Acho que é isso que desperta em nós o futebol.

Tenho algumas cenas dessa paixão pelo futebol nas noites de Ano-Novo, lá onde fiquei até a minha adolescência, com minhas irmãs. Sou de uma família de onze irmãos – três morreram e oito são vivos, sendo sete mulheres e um homem, e o meu irmão é um dos mais novos. Então, no Ano-Novo, quando era lua cheia, o meu pai... A gente ficava esperando a meia-noite, e era muito difícil essa espera, porque, no sertão, a gente geralmente dorme muito cedo, porque acordávamos por volta de quatro horas da manhã para sair para o corte da estrada, como chamávamos, por volta das quatro e meia da manhã. De sorte que, às cinco horas da tarde, seis horas, eu já estava dormindo. Então, para chegar à meia-noite, era muito difícil. E o meu pai, quando era noite de lua cheia – a gente tinha uma bola feita de látex, uma bola que quica muito, porque o látex faz quicar muito, –, fazia uma espécie de time de futebol: ele escolhia uma goleira, que ficava no gol, e ele jogava contra as outras seis meninas. Eu era uma das que estavam no time que jogava contra o meu pai, com aquela bola de látex.

É só para ilustrar o quanto os brasileiros são apaixonados pelo futebol. E o meu pai, como um bom torcedor do Botafogo, sempre tentou me colocar para torcer pelo Botafogo, mas eu não conseguia. Não sei o motivo, porque comecei também muito jovem. Não me lembro a razão pela qual eu disse que era torcedora do Palmeiras, e sou torcedora do Palmeiras até hoje.

Falar de Copa do Mundo sai deste lugar do coração, mas fundamentada pela razão. Já estamos vivendo um processo de organização para sediar a Copa de 2014. Com justa razão, o Brasil vai sediar esse importante evento. Digo “com justa razão” porque, com certeza, o Brasil é um dos maiores canteiros, celeiros de talentos do mundo do futebol.

Foram 22 cidades que se candidataram para sediar os jogos. Desses 22 cidades, já foram eliminadas, nas duas primeiras etapas, seis cidades. Ficaram 18 cidades, que estão concorrendo. E a minha Rio Branco, do meu Estado do Acre, ficou entre as 18, porque, no meu entendimento, foi capaz de combinar duas coisas: o coração, a razão e o profundo sentimento de que é possível dar coerência e consequência cada vez maior à escolha feita pela Fifa em 2006, de que faria esses eventos preocupada com a questão ambiental, como uma forma também de alavancar temas importantes. E um dos temas importantes seria a questão ambiental. E assim eles cunharam a idéia do Green Goal.

O Acre, baseado nesse compromisso da Fifa, se dispôs a ser a sede do Green Goal no Brasil. E por que o Acre seria a sede do Gol Verde no Brasil? Exatamente porque o Acre é o nascedouro do socioambientalismo no Brasil. A luta do Chico Mendes, a Aliança dos Povos da Floresta, todo o esforço que foi feito para ter uma nova visão do que seria um projeto de desenvolvimento para a Amazônia e, consequentemente, para o Brasil, porque a Amazônia é mais de 60% do território brasileiro, tem o seu nascedouro no Estado do Acre.

A duras penas, caminhamos até aqui, reposicionando a visão de desenvolvimento, mostrando que é possível ter ali uma economia diversificada, que seja capaz de atender as necessidades legítimas do emprego, da geração de renda e de oportunidade para as pessoas, sem a destruição da floresta.

Até criamos um conceito, o termo “florestania”. Nós dizemos que a cidade cunhou a palavra “cidadania” como sinônimo de bem-estar; a *polis* criou esse conceito. E nós achamos que a cidadania, para as pessoas que vivem na floresta, poderia ser chamada de florestania. Então, cunhamos essa palavra, florestania, e a partir dela temos trabalhado e dado consequência aos ideais de Chico Mendes, que, nós entendemos, podem ser realizados. É possível ter pecuária, agricultura, exploração florestal, uso da biodiversidade e turismo, todas as atividades econômicas, inclusive a industrial, a partir de uma visão de sustentabilidade que passe pelos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O Acre vem fazendo esse esforço. Caminhamos até aqui. Mas se trata de uma Copa do Mundo, em pleno século XXI, num momento em que acontecem duas crises com a dimensão da crise econômica, como foi aqui apresentada no pronunciamento do Senador Paim, e da crise ambiental, que já é de conhecimento e de domínio público ter sido causada pela ação do homem, sobretudo após a revolução industrial, em que nós tivemos um aumento das emissões de CO₂ em função do uso de combustível fóssil. Hoje, 95% dos

membros do painel intergovernamental que faz a avaliação e o acompanhamento da mudança do sistema climático concordam que o aumento da temperatura do planeta, a mudança do sistema climático ocorre em função da ação humana, com prejuízos graves para a continuação da vida da Terra e, consequentemente, para a continuação da nossa própria vida como seres humanos. Então, pensar em uma Copa do Mundo no Brasil, no momento dessas duas crises, é pensar como a idéia do Green Goal pode ter consequências. E foi assim que o Acre apresentou a sua candidatura.

Entendendo: até agora, caminhamos pautando a questão da Amazônia a partir de uma visão de sustentabilidade; nós nos colocamos em uma posição, em primeiro lugar, de resistência; e agora em uma posição pró-ativa, de oferecer alternativas. O Acre já tem o seu o seu zoneamento ecológico-econômico. O Acre é um Estado que está fazendo um programa de recuperação do passivo ambiental e de valorização dos seus ativos ambientais. O Acre está com um programa de pagamento por serviços ambientais; uma série de esforços.

Mas isso é apenas o começo. Achamos que, se ali é o berço do socioambientalismo, o berço da defesa da Amazônia e do desenvolvimento sustentável, uma visão que busca realizar o desenvolvimento com preservação e a preservação com desenvolvimento, este seria o momento e a oportunidade não só para o Brasil, mas para o mundo poder alavancar esse esforço e esse processo que teve início há vinte anos, na figura do Chico Mendes, e que teve continuação a partir de outras pessoas que concordavam com seus ideais.

Então, apresentamos nossa candidatura. Estamos entre as 18 cidades que vão para a final, digamos assim, dessa decisão que será tomada no dia 20 de março, sobre quais serão as 12 cidades que, ao fim e ao cabo, vão sediar os jogos, as chaves da Copa do Mundo de 2014.

Portanto, o que vou dizer aqui tem a ver com esse esforço, com essa visão: no meu entendimento, neste momento, o Brasil inteiro poderia nos ajudar pelo menos na torcida. De certa forma, até por parte da própria Fifa e da CBF, no início houve certo estranhamento. E não temos dúvida de que, na Amazônia, temos duas grandes metrópoles que podem, sim, sediar os jogos da Copa do Mundo, que são Belém e Manaus. Não tenho nenhuma dúvida em relação a isso. E que uma dessas metrópoles deve ser contemplada também não tenho nenhuma dúvida. No entanto, metrópoles sediar jogos não é novidade. A novidade seria eles ocorrerem em um Estado que é considerado pequeno, em uma cidade que é considerada pequena, mas gigante naquilo que representa e na ousadia...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi o único Estado que foi um país.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigada, Senador.

E é o único Estado que se tornou brasileiro por opção. Era para sermos bolivianos – com todo o respeito pelos nossos irmãos da Bolívia. No entanto, optamos por ser brasileiros. Fizemos uma revolução, com a ajuda do Plácido de Castro, ganhamos a revolução e ainda levamos um bom tempo para que o Brasil aceitasse a vitória e nos transformasse em brasileiros.

Então, o Acre é um Estado de ousadia e de sonhos. E, na época do Imperador Galvez, durante trinta dias, fomos um país, sim, com a proposta de o Acre ser um Estado independente, que chamamos Estado Independente de Galvez.

De sorte que temos a clara compreensão de que o nosso esforço para levar os jogos da Copa do Mundo para o Acre está dentro de uma proposta que tem essa visão, mas também de toda uma preparação técnica. Mesmo antes de o Brasil se candidatar para sediar os jogos da Copa do Mundo, o Governador Jorge Viana, quando foi fazer o estádio de futebol Arena da Floresta, já construiu o campo de futebol de acordo com os padrões da Fifa. O projeto é inovador, altamente revolucionário, a própria Fifa o reconhece, e talvez seja o único estádio brasileiro que já estava de acordo com os padrões da Fifa. E isso foi um projeto antecipatório, porque, já que o Governo ia ajudar a construir o estádio, era natural que o fizesse de acordo com os padrões técnicos que são exigidos pela Fifa.

Quando fizemos assim, não tínhamos ainda a idéia de que poderíamos nos candidatar, mas fomos previdentes, e essa foi uma boa lição de que, quando fazemos o dever de casa, levando em conta o que há de melhor para os esforços dos investimentos públicos, somos recompensados duplamente: recompensados por fazer certo e recompensados por trazer os bons resultados.

Então, diante já da nossa posição de vanguarda em ser o único Estado que já tinha um estádio de acordo com os padrões da Fifa, apresentamos a nossa candidatura.

Temos, trabalhando essa proposta, dois comitês. Um é o Comitê Executivo, que está resolvendo todas as questões técnicas. E o nosso projeto técnico é reconhecidamente um dos melhores. Tanto é que ficamos entre as 18 cidades, porque, além de dar a solução do ponto de vista ambiental e social para as atividades propriamente ditas dos jogos da Copa, tem todo um processo de ancoragem baseado numa economia de sustentabilidade da capacidade de suporte para o atendimento dessa grande demanda, pois va-

mos receber uma população muito grande não só do Brasil, mas de toda aquela região, inclusive do Peru e da Bolívia. É um raio que atinge cerca de 40 milhões de pessoas que terão, nessa chance de o Acre sediar a Copa do Mundo, a oportunidade de assistir a esses jogos, coisa que dificilmente o fariam nos outros centros que legitimamente vão sediar jogos.

Ainda: o Brasil tem mais de cinco mil municípios, e, claro, os que estão sediando os jogos da Copa são aqueles que têm uma estrutura maior. O Acre está entre os pequenos municípios – cerca de 350 mil habitantes –, se o compararmos a grandes cidades. Mas se preparou, fez o dever de casa: sua rede hoteleira terá, sim, capacidade para bem acomodar os visitantes; seu estádio terá condições para sediar e realizar os jogos; terá, enfim, a logística necessária para receber e acomodar todas essas pessoas que irão para a região. E, mais do que isso: estará homenageando, com seu esforço, todas as cidades de pequeno porte que gostariam de ter a mesma oportunidade que o Acre tem, mas que, infelizmente, não apresentaram as mesmas condições.

Eu estou aqui advogando a candidatura do Acre, eu participei de todo o processo de apresentação da proposta do Acre junto à CBF e à Fifa. Infelizmente, no dia em que eles foram ao meu Estado, nós tínhamos aqui a decisão relativa à composição da Mesa do Congresso e, claro, como Parlamentar, eu sabia que tínhamos de ficar aqui para o debate que antecederia a votação final. Tínhamos, inclusive, que completar a Mesa, tínhamos que eleger os demais membros da Mesa, já que, no dia anterior, apenas o seu Presidente havia sido escolhido. Por isso não pude ir.

Os membros da CBF e da Fifa, porém, sabem do meu esforço. Desde o início, estive presente para dizer o quanto eles podem nos ajudar, no contexto da Amazônia, a dar visibilidade a um projeto que visa à proteção do que alguns cientistas chamam de pulmão do mundo e, outros, de uma espécie de fígado do mundo: a Amazônia é capaz de processar e criar as condições para que a gente tenha o equilíbrio, inclusive, do regime de chuvas em boa parte do Planeta.

De sorte que nós nos preparamos para isso, e eu acompanhei o processo *pari passu*.

Existem dois comitês: o Comitê Executivo, que cuida das questões técnicas, e o Comitê do Legado.

No Comitê Executivo, presidido pelo ex-Governador Jorge Viana, temos o excelente trabalho feito por uma equipe de técnicos, arquitetos e engenheiros, liderados pelo Dr. Luiz Volpato, juntamente com o Secretário de Turismo, Cassiano Marques, e o Secretário de Meio Ambiente, Francisco de Assis Jardim, todos liderados pelo Governador Binho.

Eu estou presidindo o Comitê do Legado. O que é o Comitê do Legado? Está encarregado do que ficará para aquela região ou para aquele lugar onde acontecerem os jogos. É preciso levar em conta que existem os efeitos desejáveis, mas também os indesejáveis desses eventos. Pensando nos efeitos desejáveis, todos querem sediar um evento como esse, independentemente do que for; pensam no fluxo de pessoas, na visibilidade, na oportunidade de negócios que um evento assim traz. Agora, se isso não é feito dentro de uma visão de sustentabilidade social, cultural e ambiental, pode ficar depois um rastro indesejável. Então, o Comitê do Legado vai cuidar exatamente para que, a exemplo de outros grandes eventos, esse rastro não fique. Barcelona, que sediou evento semelhante a esse, tem um dos melhores resultados em termos de legado. Nós queremos que seja assim também no Estado do Acre.

Uma das coisas que vamos fazer: até 2014, queremos que todo o suprimento de madeira necessário para fazer frente aos investimentos para alcançar a condição de hospedar, acolher as pessoas seja de madeira certificada. Esse é um efeito, digamos, secundário da realização de um evento como esse no Estado do Acre.

Queremos que os diferentes setores da economia se mobilizem para fazer jus à condição de berço do socioambientalismo. Isso criará oportunidades de negócio para a indústria florestal, para a construção civil, para a economia em seus mais diferentes aspectos.

O Comitê do Legado está fazendo o gerenciamento daquilo que nós queremos que fique como um legado para o Acre, para a Amazônia, para o Brasil e, sobretudo, para o mundo. Se formos capazes de preservar a Amazônia como é necessário, como ela merece e como nós queremos, estaremos dando uma grande contribuição ao mundo, porque, afinal de contas, ela produz cerca de vinte bilhões de toneladas de água por dia. A Amazônia é responsável por 26% da água doce que vai para os oceanos. O regime de chuvas do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste é favorecido pela Amazônia. Se ela for destruída, teremos a possibilidade de essas regiões se transformarem em deserto. E, claro, com a sua destruição, teremos graves prejuízos para o sistema climático, já que a Amazônia tem bilhões e bilhões de toneladas de carbono que, se forem lançadas na atmosfera, provocarão um verdadeiro desastre, em um Planeta que já está vivendo os efeitos dessa crise ambiental.

Eu fiz aqui um pronunciamento que, em boa parte, foi o que escrevi no meu artigo – escrevo artigos todas as terças-feiras no Terra. Peço que seja incluído na íntegra, como escrito no papel. Mas queria dar esse testemunho e, desde já, pedir que as pessoas também entrem nessa torcida para termos um Estado como o Acre sediando jogos da Copa de 2014.

Não tenho dúvidas de que isso vai favorecer não apenas a população daquela região, mas também os nossos *hermanos* que, com certeza, terão a oportunidade de participar desses jogos.

De acordo com a visão do Green Goal, a disputa vai ficar entre o Estado do Pará e o Estado do Amazonas. Tenho certeza de que, se for pelos aspectos técnicos, se for pelo compromisso ético de dar visibilidade ao esforço histórico de desenvolver a Amazônia com sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, o Acre fará a diferença. Primeiro, por ser uma cidade pequena: poderemos mostrar a diversidade social, cultural e econômica do nosso País, que não se resume às belezas e riquezas de Brasília, do Rio de Janeiro, enfim, das grandes capitais.

Tive a grata satisfação de participar de todos os eventos. Em todos eles, fomos muito respeitados, mas é claro que a Fifa e a CBF mantêm a equidistância em relação aos critérios de avaliação – e eu concordo plenamente que assim seja – para que, com isenção, possam fazer essa escolha. Mas, neste momento, acho que devemos nos colocar na posição de torcer duplamente: para que façamos uma excelente Copa do Mundo em 2014 e para que possamos fazer o gol verde da defesa da Amazônia e da sustentabilidade não em qualquer lugar do Brasil, mas no lugar onde essa luta nasceu e que agora precisa crescer, agigantar-se, ganhar força. E eu não tenho dúvida de que um evento como esse ajudará a dar essa força e esse crescimento necessário e a espalhar as sementes por toda a Amazônia e por todo o Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DA SRA. SENADORA MARINA SILVA.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, vou hoje falar sobre futebol e Copa do Mundo de 2014. Como todos sabem, não são propriamente temas que estão no meu domínio de assuntos, entretanto, sei perfeitamente a importância social e econômica para as cidades que sediam eventos da importância como a Copa do Mundo.

Não é só pelo futebol em si. Também pela enorme chance de nós e as populações da Amazônia e de vários países da América do Sul, principalmente Peru e Bolívia, nossos vizinhos mais próximos, quebrarmos um tabu. O de que grandes acontecimentos, só ocorrem em grandes capitais. As demais teriam que se conformar em ser coadjuvantes ou nem isso.

Pois foi cometendo a ousadia dos pequenos que o Acre decidiu enfrentar o tabu e se candidatou junto à FIFA para ser uma das sedes da Copa de 2014 no Brasil.

O fez pelo futebol, pois nós acreanos somos tão apaixonados pela bola quanto todos os brasileiros. Mas, principalmente, porque viu em 2014 a oportunidade de levar adiante a bandeira verde assumida pela Copa de 2006.

De lá para cá, o tamanho dos problemas ambientais do mundo deu um salto exponencial, com o desafio das mudanças climáticas. Entendemos que, numa situação dessas, o evento que mais desperta atenção no mundo deve envolver-se e dar uma contribuição à sua altura para melhorar o futuro de toda a humanidade.

Especialmente quando se realizar no país que tem em seu território a maior parte da floresta amazônica, o grande símbolo planetário da luta pela proteção da biodiversidade e da diversidade social e cultural associadas a um modelo de crescimento econômico sustentável.

Se a coisa passa a ter essa dimensão, pensando bem o Acre não é tão pequeno nem tão periférico assim. Sua história é sui-generis, em primeiro lugar porque é o único estado cujo povo lutou para fazer parte do Brasil, na Revolução Acreana, no final do século XIX.

Na década de 80 o Acre ganhou o mundo com o movimento dos seringueiros e ali começou uma parte muito especial da nossa história. A partir de Chico Mendes ficou claro que a defesa da floresta é também a defesa da diversidade cultural e da sobrevivência econômica de milhares de pessoas que dela dependem; que a idéia de desenvolvimento não pode ser confundida com devastação ambiental; que a floresta amazônica em pé é muito mais importante e lucrativa para o Brasil e para a humanidade do que a sua destruição por quaisquer interesses de curto prazo.

Depois da morte trágica de Chico, seus herdeiros políticos e os movimentos sociais empreenderam, nas duas últimas décadas, um trabalho sistemático de consolidação institucional que tirou o estado de situação crônica de desmandos e violência. Hoje temos o Acre onde se criou o conceito de florestania, que

expressa a ideia de desenvolvimento multidimensional tendo como base a existência da floresta e não a sua supressão.

O Acre da Florestania talvez não seja suficientemente conhecido no Brasil. No caso da candidatura à Copa, esse desconhecimento se manifesta por meio de avaliações que ou falam de um Acre que não mais existe ou usam o argumento do "estado pequeno", que também não condiz com o potencial apresentado para a Copa.

Em primeiro lugar, talvez poucos saibam que, já antenados para a fantástica possibilidade de fazer da força motivadora do esporte e do simbolismo da Amazônia um momento de mobilização planetária pelo meio ambiente, o Acre começou a "sonhar" concretamente há muito tempo. E colocou mãos à obra para ter uma estrutura logística condizente com sua demanda.

Essa capacidade está demonstrada no estádio Arena da Floresta, projetado e construído segundo os padrões da FIFA, antes mesmo de o Brasil ser confirmado como sede de 2014. Aliás, do ponto de vista técnico, a candidatura da capital, Rio Branco, está absolutamente dentro dos protocolos da FIFA.

Binho Marques foi o primeiro governador a se apresentar ao presidente da CBF, Ricardo Teixeira, para falar da disposição do estado e de Rio Branco para ser uma das cidades da Copa. A primeira reação foi uma discreta, mas indisfarçável surpresa. Depois, ao tomar conhecimento da realidade atual do Acre e da qualidade técnica da proposta apresentada, o interesse aumentou e o projeto chegou às mãos da FIFA, ficando entre os dezoito que foram para a segunda fase.

Uma vantagem comparativa relevante é que Rio Branco está numa posição central nas Américas. Num raio de mil quilômetros está uma população estimada de 42 milhões de brasileiros e também de peruanos, bolivianos, chilenos, colombianos e outros vizinhos que poderiam chegar com facilidade a Rio Branco, inclusive por meio da ligação rodoviária com o Pacífico, que já estará concluída em 2014.

Até por essa abertura à participação panamericana, a escolha de Rio Branco terá uma especial grandeza. Mas a maior será, sem dúvida, aliar, num só lugar, dois grandes campeonatos do século XXI: o maior torneio esportivo e o maior desafio civilizatório, que é o de fazer a transição para um modelo de desenvolvimento baseado em valores humanos e respeito ao meio ambiente.

O Acre está acostumado a surpreender. Por que não também agora? Afinal, é próprio do futebol brotar em todos os lugares e nisto está um de seus encantos.

O Acre, berço do socioambientalismo, pode ajudar a espalhar sementes de um futuro melhor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendida.

Nossos aplausos, Senadora Marina.

Agora, eu, como médico que estudou Psicologia, quero dizer por que palmeira. Palmeira é verde, e V. Ex^a representa o verde da Amazônia e a esperança, que é muito forte, de ganhar a disputa e ser sede dos jogos da Copa mundial. Mas a esperança é a última que morre. Ernest Hemingway disse que a maior estupidez é perdermos a esperança, e V. Ex^a a tem.

Ontem eu ouvi aqui Marco Maciel ressaltar as qualidades de Joaquim Nabuco, cuja morte vai fazer cem anos. E o Presidente Sarney, com a sua cultura ímpar, disse que, das grandes conquistas, 60% são devidas à palavra. Então, de repente, o Acre se tornou muito competitivo com as palavras vibrantes de V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti – está uma gentileza extraordinária, Pedro Simon permuta agora com Mozarildo.

Chamamos então o Senador Mozarildo. Acho que vai ser difícil ele se superar: no pronunciamento que fez ontem, foi buscar o termo “cobiça”, e disse que o brasileiro, todos nós, especialmente os da Amazônia, temos de ter cobiça, amor pela Amazônia. E ele irradia isso pelo amor que tem à sua Roraima. Tanto é verdade, que ele pediu aqui para fazer essa permuta porque ele vai almoçar com os índios. Só lamento não ter me convidado, mas use a palavra pelo tempo que lhe convier.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, que preside esta sessão, quero, inicialmente, agradecer ao Senador Pedro Simon por ter me cedido a oportunidade de falar antes dele. Como V. Ex^a falou, tenho uma reunião em seguida com quatro instituições indígenas que estão aqui em Brasília e que nunca foram ouvidas, Senador Paim, nem pela Funai, e nem tinham condições de serem ouvidas por qualquer Ministro agora em que está no Supremo a decisão. Por quê? Porque eles não tinham condições de vir a Brasília. A Funai só dá apoio a uma entidade: ao Conselho Indígena de Roraima. Agora, estão hoje aqui, com o apoio do Governo do Estado, com o apoio do Senador Augusto Botelho e com o meu, os índios

da Soduir, que é a Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima; os da Arikon, Associação dos Povos Indígenas dos Rios Cotingo e Kinô; os da Alidicir, Aliança de Desenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima, e os da AMIGB, Associação Municipal Indígena Guakri.

Essas quatro entidades, Senador Pedro Simon, congregam mais índios do que o Conselho Indígena de Roraima. Todos são índios; uns pensam de um jeito, outros pensam de outro. Todos querem a demarcação, sendo que esses não querem uma demarcação raivosa, excludente. Eles querem que a demarcação seja concluída, feita de forma contínua, porém, não excludente. E o que significa ser não excludente? É, por exemplo, não colocar para fora da reserva pessoas não-índias que são casadas com índios, que têm uma família, uma descendência. Não colocar para fora da reserva também pessoas que estão lá há quatro gerações convivendo com os índios e até vivendo os hábitos dos próprios índios.

Então, quero fazer este registro da presença desses índios aqui em Brasília. E quero louvar, inclusive, o fato de que o Ministro Marco Aurélio nos recebeu, ouviu, portanto, a versão da boca de cada um deles, e não apenas por intermediários, que dizem falar em nome deles. Quero, portanto, esperar que, logo após, talvez, a primeira quinzena de março, como está previsto, essa questão seja de vez decidida no Supremo, já que, infelizmente, não conseguimos chegar a um entendimento com o Executivo, com o Presidente Lula, com o Governo Federal, para demarcar, de maneira harmoniosa, essa questão sem criar acirramento de ânimos.

Quero também, até para cumprir com o tempo, para não avançar muito e atrasar o Senador Pedro Simon, pedir que V. Ex^a autorize a transcrição, como parte do meu pronunciamento, dos 18 pontos destacados no voto do Ministro Menezes Direito na ação movida pelo Senador Augusto e por mim, que, na verdade, colocam ordem nessa bagunça, que é a demarcação de reservas indígenas no País, que são, na verdade, feitas, na grande maioria, como é o caso dessa reserva, em cima de fraudes, de mentiras.

Lamentavelmente, ninguém é ouvido. Nem os governadores, nem os parlamentares estaduais e federais, e se tiram dos Estados áreas enormes. E pior: melhora a vida dos índios? Não melhora. Ao contrário. Sempre digo que, como médico, eu me preocupo em pensar como está o ser humano índio, índia, adulto ou criança, vivendo nessas reservas. Melhor ou pior?

Conheço a maioria delas, e quase a totalidade vive pior, porque a Funai demarca, e o Governo Federal abandona essas comunidades e as entrega às ações de ONGs, muitas delas estrangeiras, que não têm, evidentemente, nenhum interesse na questão nacional. Têm interesse, sim, em outras coisas que estão nessas reservas, como os minerais – no caso dessa reserva indígena há ouro, diamante, urânio e outros minerais de terceira geração.

E quero também dizer, para concluir já este registro que faço da presença dos índios em Brasília, que há sete pontos que esperamos sejam respeitados ao final dessa demarcação. O primeiro deles é justamente respeitar as diversas etnias e suas organizações, que devem ter liberdade para se organizar trabalhar e viver conforme suas decisões, logicamente observados os limites legais. E não como eles querem fazer lá, em que um só grupo queira impor aos demais a forma como deve ser administrada aquela reserva.

Retirar dessa reserva quatro vilas: uma que está na linha de fronteira com a Guiana. Portanto é estratégica, é uma questão de soberania, a Vila do Mutum; a outra é a Vila Socó; e a outra, Água Fria, onde a maioria da população, inclusive, é indígena ou miscigenada. E querem simplesmente extinguir essas vilas. Por último, a Vila do Surumu, que fica praticamente no extremo, na beira da reserva, praticamente fora, para que os moradores que estão lá possam continuar suas vidas; muitos deles, repito, casados com índios. Querem ter uma vida tranquila lá dentro.

Outro ponto importante é a reavaliação judicial daqueles que tiveram suas propriedades avaliadas unilateralmente pela Funai, para justa indenização das famílias que sejam excluídas da área da reserva.

Manutenção dos proprietários com documentos, títulos ou posses anteriores à Constituição de 1934. Por quê? Porque foi a Constituição de 34 a primeira Constituição do Brasil que falou sobre o direito indígena. Antes disso, quem foi para lá foi exatamente de boa-fé, para ocupar o território brasileiro.

Prazo de um ano para que aqueles que tiverem que ser excluídos possam deixar a reserva. Não como se estivessem sendo expulsos, ao estilo do que foi feito na época de Hitler e de Stalin, tanto na Alemanha quanto na Rússia.

Que também se levem em conta as recomendações das comissões externas da Câmara e do Senado que trataram desses assuntos e que têm um estudo técnico muito importante.

Finalmente, Senador Mão Santa, a atenção para a questão da soberania nacional na tríplice fronteira – Brasil, Venezuela e Guiana –, onde está localizada essa reserva indígena.

Quero encerrar dizendo o seguinte: os índios que estão lá, muitos deles funcionários públicos, prefeitos, vereadores, comerciantes, não querem o esvaziamento dessa área enorme de 1 milhão e 700 mil hectares. Tirando-se apenas 320 mil hectares, resolve-se o problema.

Quero, ao fazer este registro no dia de hoje, esperar que, coincidentemente, numa sexta-feira, 13, ao contrário do que se pensa, tenhamos sorte para que essa questão seja resolvida favoravelmente a todos.

Não posso entender como é que o Brasil, o Governo brasileiro, pode tomar uma decisão prejudicando força e minoria. Mas não é minoria, é a maioria dos brasileiros que vive lá. Aqui, nunca se fala – a imprensa não fala – que estão querendo tirar de lá 500 famílias. Não é, como dizem, uma questão só de arenga entre índios e arrozeiros, não. Os arrozeiros são seis e produzem muito lá. Mas, além deles, há 500 famílias que estão lá há várias gerações e que estão sendo expulsas de lá.

Então, quero pedir atenção para que se conclua essa questão de maneira pacífica, de maneira respeitosa, respeitando-se principalmente o direito e a dignidade de cada uma daquelas famílias, que estão, muitas delas já, excluídas daquela reserva; portanto expulsas de uma área do território nacional.

Vou voltar na segunda-feira, Senador Mão Santa, para mostrar a realidade do que se passa lá com mais detalhes. Hoje, eu queria apenas fazer este registro e dizer que, nessa reserva, existem quatro entidades de índios, que estão hoje, aqui, em Brasília, representadas, que não concordam com a forma como o Presidente Lula demarcou aquela reserva. Estou falando dos índios. Os índios não querem. Imaginem, a maioria dos índios não quer, mas o Governo, levado por radicalismos de pessoas que em tudo botam ideologia, ou, pressionados pela pressão internacional, está fazendo essa demarcação de maneira esdrúxula e indigna para aquele povo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Mozarildo

18 pontos destacados do voto do Ministro Menezes Direito na PET 3388 / Raposa Serra do Sol

O ministro Menezes Direito, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao proferir o seu voto-vista sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol, foi favorável à demarcação contínua das terras da região, mas apresentou dezoito condições a serem obedecidas pela população indígena. São elas:

1 – O usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas pode ser suplantado de maneira genérica sempre que houver como dispõe o artigo 231 (parágrafo 6º, da Constituição Federal) o interesse público da União na forma de Lei Complementar;

2 – O usufruto dos índios não abrange a exploração de recursos hídricos e potenciais energéticos, que dependerá sempre da autorização do Congresso Nacional;

3 – O usufruto dos índios não abrange a pesquisa e a lavra de recursos naturais, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional;

4 – O usufruto dos índios não abrange a garimpagem nem a faiscação, dependendo-se o caso, ser obtida a permissão da lavra garimpeira;

5 – O usufruto dos índios fica condicionado ao interesse da Política de Defesa Nacional. A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (o Ministério da Defesa, o Conselho de Defesa Nacional) serão implementados independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai;

6 – A atuação das Forças Armadas da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica garantida e se dará independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai;

7 – O usufruto dos índios não impede a instalação pela União Federal de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e de educação;

8 – O usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica restrito ao ingresso, trânsito e permanência, bem como caça, pesca e extrativismo vegetal, tudo nos períodos, temporadas e condições estipuladas pela administração da unidade de conservação, que ficará sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

9 – O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade responderá pela administração da área de unidade de conservação, também afetada pela terra indígena, com a participação das comunidades indígenas da área, em caráter apenas opinativo, levando em conta as tradições e costumes dos indígenas, podendo, para tanto, contar com a consultoria da Funai;

10 – O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pela administração;

11 – Deve ser admitido o ingresso, o trânsito, a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela Funai;

12 – O ingresso, trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas;

13 – A cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigida em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas a serviço do público tenham sido excluídos expressamente da homologação ou não;

14 – As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico, que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade jurídica ou pelos silvícolas;

15 – É vedada, nas terras indígenas, qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutas, assim como de atividade agropecuária extrativa;

16 - Os bens do patrimônio indígena, isto é, as terras pertencentes ao domínio dos grupos e comunidades indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, observado o disposto no artigo 49, XVI, e 231, parágrafo 3º, da Constituição da República, bem como a renda indígena, gozam de plena isenção tributária, não cabendo a cobrança de quaisquer impostos taxas ou contribuições sobre uns e outros;

17 – É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada;

18 – Os direitos dos índios relacionados as suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REF. PET 3388

SUGESTÕES POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO PROCESSO SOBRE A RESERVA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL – RORAIMA

1 – RESPEITAR AS DIVERSAS ETNIAS INDÍGENAS E SUAS ORGANIZAÇÕES, QUE DEVEM TER LIBERDADE PARA SE ORGANIZAREM, TRABALHAREM E VIVEREM CONFORME SUAS DECISÕES, OBSERVADOS OS LIMITES LEGAIS;

2 – RETIRAR (EXCLUIR) DA RESERVA AS VILAS DO MUTUM – NA LINHA DE FRONTEIRA COM A GUIANA -, SOCÓ, ÁGUA FRIA E SURUMU – NO LIMITE EXTREMO DA RESERVA;

3 – REAVALIAÇÃO JUDICIAL DOS QUE TIVERAM SUAS PROPRIEDADES AVALIADAS UNILATERALMENTE PELA FUNAI, PARA JUSTA INDENIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE SEJAM EXCLUÍDAS DA ÁREA DA RESERVA;

4 – MANUTENÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM DOCUMENTOS DE POSSE ANTERIORES À CONSTITUIÇÃO DE 1934;

5 – PRAZO DE 01 (UM) ANO PARA OS QUE TIVEREM QUE SER EXCLUÍDOS DA RESERVA SE RETIREM DA MESMA;

6 – ANÁLISE DAS RECOMENDAÇÕES DAS COMISSÕES EXTERNAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL SOBRE A DEMARCAÇÃO DA RESERVA;

7 – ATENÇÃO PARA A QUESTÃO DA SOBERANIA NACIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA ONDE SE ENCONTRA A RESERVA.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

SODIUR
SOCIEDADE DOS ÍNDIOS UNIDOS DO NORTE DE RORAIMA**ARIKON**
ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DOS RIOS COTINGO E KINÔ**ALIDICIR**
ALIANÇA DE DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA**AMIGB**
ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL INDÍGENA GUAKRI

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento, esclarecedor para a situação de Roraima e da Amazônia, do Senador Mozarildo Cavalcanti, dando luz para que o Governo tenha sabedoria e encontre a paz na divisão das terras de Roraima. “A Pátria somos todos nós”. Na bandeira deveria ter escrito aquilo que os positivistas queriam colocar: “Amor, Ordem e Progresso”; tiraram a palavra “amor”.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a permutou com ele.

Fará uso da palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul. Ele torna este Senado da República uma das instituições mais importantes na história da democracia não só do Brasil, mas do mundo. Ele é como Cícero, como Rui Barbosa: ele simboliza a busca da força do povo. É uma história. Eu o escolhi. Senador Pedro Simon, acredito que já tenho 976 discursos, inclusive com o que vou fazer hoje. Assim como Pelé e Romário sonharam em fazer mil gols no Maracanã, vou fazer, desta tribuna, o milésimo pronunciamento e, como Senador da República, escolhi a vida e obra de Pedro Simon, como mensagem de melhores dias para o Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando o Presidente Sarney dizia que ele não tinha mais condições para ser Presidente do Senado, que a Presidência do Senado exigia muito e que ele não tinha condições, eu disse a S. Ex^a, o Senador Sarney: “Ô Sarney, tu vai ali, preside a Ordem do Dia, a inicia, e depois deixa que o Mão Santa leva a sessão até às 10 horas da noite”. Ele respondeu-me: “É verdade”. E é o que está acontecendo. Desde que V. Ex^a aí está, agora oficialmente como Secretário – e creio que logo ali adiante V. Ex^a será um bom presidente do Senado no futuro – os trabalhos da Casa têm-se desenvolvido de uma

maneira muito importante. Já cheguei em casa, assisti ao Jornal Nacional, depois botei na TV Senado, e estava ao vivo e V. Ex^a presidindo. A TV Senado já está competindo, muitas vezes, com o Jornal Nacional. Eu vou ser muito sincero: eu fico ouvindo a TV Senado. É importante isso. É importante esse entendimento que temos hoje na sociedade brasileira. V. Ex^a não estava aqui, Senador – eu estava –, e era muito triste, era muito triste! Debates, os mais importantes, os mais significativos, a Casa superlotada, discussões profundas, e não havia sequer medida provisória. Fazíamos grandes discussões e, no dia seguinte, o noticiário da televisão publicava em uma linha: “Foi aprovado por tanto”. Ninguém ficava sabendo o que tu pensava ou o que tu deixava de pensar, o que tu era ou o que tu era deixava de ser. Hoje não. Hoje, com a TV Senado, as grandes discussões não só são transmitidas pela TV Senado como as outras estações de televisão também transmitem ao vivo todo o debate. As vezes que nós discutimos a cassação ou não do Presidente da Casa, ou o incidente ocorrido com o presidente Antônio Carlos Magalhães, que terminou renunciando, o Brasil inteiro acompanhava!

Eu já contei isso aqui, e é interessante contar de novo, que, logo que apareceu a TV Senado, um Senador do Nordeste, foi à sua área, e estranhou que as pessoas estavam cobrando dele. “Senador, o senhor quando chega lá em Brasília, o senhor é diferente; o senhor não é como aqui. O senhor têm duas maneiras de ser: uma aqui e outra lá”. “Mas como?” “Não, nós olhamos o senhor na TV Senado. O senhor está sempre engravatado, de paletó e gravata. Nós nem sabíamos que o senhor usava gravata. Nós nunca vimos o senhor de paletó!” Porque no calor de lá, todo mundo anda de bermuda, de camisa de manga curta. Aí ele teve de explicar: “Não, é que, no Senado, somos obrigados a ir de paletó e a usar gravata.”

É que agora usar eles acompanham os mínimos detalhes. E isso é muito importante.

O senhor não calcula, Presidente, as cartas que recebi, as manifestações, quanto toquei, desta tribuna, sexta-feira passada – hoje faz uma semana –, quando eu chamava a atenção para a diferença entre o Obama, os Estados Unidos, e o Brasil.

O **Correio Braziliense** publicava, em uma página, os equívocos do Obama.

Quatro nomes que ele havia indicado para ocuparem cargos no seu governo. Um foi rejeitado pelo Senado; os outros renunciaram, porque não seriam aprovados. Entre eles o nome de uma senhora não foi aprovado, e ela renunciou, porque ela não havia pago US\$900 de contribuição previdenciária por uma empregada doméstica. E não havia pago porque aquela empregada doméstica era irregular, ela não tinha garantia, ela estava clandestina e, como, tal, não podia contribuir. E uma senhora brilhante, que ia ocupar um cargo da maior importância, não pôde. Uma empregada doméstica irregular nos Estados Unidos, sem o visto de residência, a ela não havia pago US\$900.

Ela não tinha pago US\$900. E eu falava aqui na eleição do Corregedor da Câmara dos Deputados. Uma montanha de dinheiro que ele deve; um castelo com 35 suítes, que está no nome dos filhos dele, não está em seu nome, e esse cidadão, com essa vida irregular, era indicado para o cargo de Corregedor da Câmara dos Deputados.

Hoje, venho a essa tribuna para dizer que a Câmara dos Deputados agiu muito bem. Ele renunciou, e não aconteceu o que se falava: “O Presidente ia indicar alguém”. Não. O Presidente não indicou ninguém. A Câmara elegeu o novo Vice-Presidente e o novo Corregedor. E, cá entre nós, escolheu muito bem. O jovem ACM Neto, ou ACM Júnior – eu me atrapalho um pouco entre ele e o pai, o brilhante Senador nosso – foi escolhido como concorrente único. Achei muito feliz a escolha.

Esse rapaz, muito competente, teve uma atuação muito capaz na CPI. O avô dele é um homem do qual a gente pode ter discordado, mas temos de reconhecer: a Bahia mudou com ele – foi Governador, e os governadores que vieram depois dele, um melhor do que outro. Ele criou uma escola de gente competente, de gente capaz. O pai dele está aqui no lugar do ACM, honrando a Casa, e o tio dele foi o grande Presidente da Câmara dos Deputados, grande líder, morto tão jovem. Mas tenho a convicção de que esse rapaz foi muito bem escolhido. E a escolha dele significa, pelo nome, pela responsabilidade que ele tem, que, ao contrário daquele que renunciou, que achava que o Congresso, que a Câmara dos Deputados não

devia julgar Deputado, porque a amizade tornava o Deputado parcial e sem isenção e, por questão de ética, quem devia julgar era o Supremo Tribunal e não a Câmara dos Deputados... À primeira vista, poderia parecer uma tese significativa, afinal, pela amizade, pelo compadresco, pelo fato de todo mundo ser compadreiro, seria melhor deixar para o Tribunal. Mas não era sincero o Corregedor. Com todo o compadresco, com toda a amizade, com toda a parcialidade, o Senado e a Câmara têm julgado, têm denunciado e têm cassado Parlamentares. Nós cassamos o Presidente do Senado, o Presidente da República, dois Senadores, Presidentes do Senado, estavam sendo cassados e renunciaram para não serem cassados. Na Câmara, a mesma coisa. Está aí o mensalão, e 40 Parlamentares estão sendo denunciados.

Infelizmente, Presidente, o Supremo Tribunal é um arquivo morto. Eu defendo a tese de terminarmos com o foro privilegiado, porque o foro privilegiado é uma forma dolorosa de não julgar – nem para absolver quem tem direito a ser julgado e absolvido se não tem culpa, nem para condenar. Fica na gaveta do Ministro, que não julga nunca. Então, quando o Corregedor diz “não quero que seja a Câmara”, ele está dizendo: eu quero que vá para a gaveta do Supremo, porque lá não acontece nada. Lamentavelmente, não acontece nada.

Hoje, vejo as manchetes dos jornais. Está aqui **O Globo**: “Supremo Tribunal Federal agora solta réus de casos de estupro, roubo e estelionato”.

Até então a orientação era que quem fosse julgado em segunda instância respondia ao terceiro recurso preso. E agora o Supremo diz que só em condenação definitiva o cidadão é preso. Então, é isso aqui. Vai ser uma montanha de casos de presos que serão soltos, esperando julgamento definitivo, e o caso vai prescrever antes que venha o julgamento definitivo.

Eu tenho muito respeito pelo Presidente do Supremo, muita admiração, muito carinho. E acho que a paixão com que ele defende os direitos individuais, a absoluta necessidade da defesa, está correta. Eu digo aqui, mais uma vez, meu Presidente: ninguém mais do que eu pode falar nesse assunto, porque durante os anos da ditadura, do arbítrio, da violência eu defendia a tese que o Presidente do Supremo está defendendo.

Mas eu estava defendendo a tese da liberdade e da democracia na época em que se prendia, que se torturava, que se matava e não acontecia nada. Direitos individuais? Não acontecia absolutamente nada.

Agora, o Brasil continua sendo o país da impunidade.

Fico com inveja quando vejo lá o Sr. Obama pedindo desculpa à Nação. “Eu peço desculpa à Nação; o

culpado fui eu porque escolhi a Srª Fulana de Tal sem ver que ela tinha esse problema". Qual era o problema dela? Novecentos dólares de contribuição social da empregada doméstica, que estava ilegalmente no País, que ela não pagou.

E no Brasil, Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central é um cidadão que foi processado pelo Procurador-Geral da República, denunciado. A denúncia foi aceita pelo Supremo Tribunal, e ele continua na presidência. O Presidente Lula disse que, enquanto não for condenado em caráter definitivo, ele não pode ser considerado culpado.

Eu desta tribuna disse: é verdade; não pode ser considerado culpado. Mas entre não ser considerado réu porque ainda não foi julgado em caráter definitivo e ser Presidente do Banco Central em um cargo de confiança há uma diferença muito grande, mas ele ficou lá. Como havia dúvida e havia muito interesse em entrar com um processo contra ele nas varas comuns, o que o Presidente Lula fez?

No mundo, só há um presidente de Banco Central que é presidente do Banco Central e é ministro. Ministro e presidente de Banco Central! O Sr. Lula criou uma legislação especial para dar ao senhor presidente do Banco Central o *status* de ministro. Por quê? Porque, como ministro, ele só pode ser processado no Supremo. Então, os processos que ele iria receber nas varas comuns, um atrás do outro, não puderam ser impetrados porque ele era ministro. E o processo andou. E o Procurador-Geral da República pediu para abrir as contas do Presidente do Banco Central. "Quero abrir as contas, porque havia indícios graves contra o Presidente do Banco Central. E o Supremo não deixou, não abriu as contas.

Então, passou o tempo e prescreveu. Aí o Procurador-Geral da República disse o seguinte: "Concordo que prescreveu, que não tem mais o que fazer, mas quero deixar claro que pedi abertura das contas e que se o Supremo tivesse deixado abrir as contas bancárias do Presidente do Banco Central eu poderia ter verificado indícios gravíssimos que conheço. Mas, como o Supremo não deixou abrir as contas, o tempo passou e arquivou, e o homem está lá na presidência do Banco Central.

Essa é a diferença entre o Brasil e os Estados Unidos. Por causa de novecentos dólares da conta social que a Ministra não pagou, da sua empregada doméstica, ela teve que renunciar. O Senado não ia... aliás, outra coisa bacana, não é, Sr. Presidente? Por que não fizemos isso aqui? Lá, nos Estados Unidos, os cargos passam pelo Senado. Ministros, secretários, os cargos são indicados pelo Presidente e vão ao Senado, e o Senado decide se passa ou se não passa.

Lá estava a Ministra das Relações Exteriores, a Srª Clinton. Foi lá e sofreu um enorme debate. Horas a fio, ela debateu no Senado, e o Senado aprovou a indicação dela para ser Ministra das Relações Exteriores, Secretária de Estado.

Mas eu digo de novo: recebo com alegria a indicação do ACM, este jovem rapaz, para Corregedor, e me dirijo a ele com todo o respeito. Ele deve entender a missão dele, deve entender que ele, neste momento, está numa posição onde marcará a sua presença – com isenção, é claro. Aliás, gostei muito das primeiras declarações dele: sempre nós temos a presunção da inocência. É verdade. E ele tem a presunção da inocência do ex-Corregedor, é verdade, mas, ao mesmo tempo, ele diz que, recebida a denúncia do Líder do P-Sol, ele vai examinar a contento e vai verificar.

Eu fiquei sabendo, Sr. Presidente, que há Deputado que não recebe o vencimento pelo banco, recebe na boca, sem cheque, sem recibo, sem depósito, vai lá e pega em dinheiro. Eu não sabia, nem sei como pode ser isso. O Presidente Michel Temer suspendeu. E suspendeu bem, é correto. O que é incompreensível é que isso estava acontecendo, e eu não entendo como estava acontecendo. Eu recebo meu ordenado no fim do mês lá no Banco do Brasil. Eles depositam, eu não preciso nem fazer recibo nem coisa nenhuma, é a minha conta, a direção do Senado deposita e está lá. Agora, eu chegar no dia, ir não sei aonde – aonde vou? Na tesouraria? Em qual lugar? –, e aí conto o dinheiro, pego o dinheiro e boto no bolso? Cá entre nós, é uma figura estranha e isso acontecia. Fez bem o Presidente suspender.

O Presidente Temer, no início, disse que ia separar, quer dizer o Vice-Presidente ficava na Vice-Presidência, tirava a missão de Corregedor e ele, Presidente, ia indicar. Sexta-feira, desta tribuna, eu não achei correto, com todo o respeito. O cargo de Corregedor não pode ser de indicação do Presidente, não pode ser alguém que o Presidente diz: "vai ser tu". O que é isso? Tem que ser votado pelo Plenário.

E conseguiram que o Corregedor renunciasse, não só à Corregedoria mas à vice-Presidência, e o Sr. ACM, o jovem ACM, foi eleito como candidato único com mais de quatrocentos votos para essa posição. E, repito, é muito importante a responsabilidade dele. E eu confio na capacidade desse jovem.

Alguém haverá de dizer: como é que pode? É uma pessoa. A Mesa toda e a Comissão de Ética têm dado exemplos, me perdoem, muito tristes lá e aqui ultimamente. Mas, mesmo assim, o Corregedor, recebendo a denúncia e mandando arquivar, porque não tem nada, e dizendo: "olha isso aqui não é verdade, esse Parlamentar é um homem sério, não tem nada,

pede para arquivar", ele tem a credibilidade. E o contrário também. Se ele disser: "tem isso, mais isso, mais isso", ele apresenta a denúncia. Claro que a denúncia tem um longo caminho a percorrer – Mesa, Comissão de Ética, Plenário –, mas se o ACM, com a firmeza dele, der um conteúdo de seriedade, de credibilidade, as pessoas vão ter que caminhar no caminho dele.

Por isso, sexta-feira passada, eu vim aqui lamentar a situação da Câmara e, hoje, venho aqui felicitar o Presidente Michel Temer, a Mesa, as Lideranças pela capacidade em selecionar um nome tão emblemático, mas que dentro do seu significado traz uma responsabilidade profunda do que pode acontecer.

Com relação ao Supremo, Sr. Presidente, eu acho que está na hora... Eu não sei.

Durante muito tempo, eu apresentei uma proposta, como membro da Comissão de Justiça, e nós criamos uma subcomissão muito importante. Vejam os nomes: Presidente do Supremo – as reuniões todas se realizavam no gabinete do Presidente do Supremo –, Presidente da Câmara, Presidente do Senado, Ministro da Justiça, Presidente do Tribunal de Contas, Procurador-Geral da República e eu, como representante da Comissão de Justiça do Senado. Durante anos – e eu fiz as publicações – nós debatímos sobre o que fazer para mudar, para alterar essa triste pecha de que o Brasil é o País da impunidade. E eu não sei, Presidente, mas eu vou falar com o Presidente Sarney. a Mesa, as Lideranças pela capacidade em selecionar um nome tão emblemático, mas que dentro do seu significado traz uma responsabilidade profunda do que pode acontecer.

Com relação ao Supremo, Sr. Presidente, eu acho que está na hora... Eu não sei.

Durante muito tempo, eu apresentei uma proposta, como membro da Comissão de Justiça, e nós criamos uma subcomissão muito importante. Vejam os nomes: Presidente do Supremo – as reuniões todas se realizavam no gabinete do Presidente do Supremo –, Presidente da Câmara, Presidente do Senado, Ministro da Justiça, Presidente do Tribunal de Contas, Procurador-Geral da República e eu, como representante da Comissão de Justiça do Senado. Durante anos – e eu fiz as publicações – nós debatímos sobre o que fazer para mudar, para alterar essa triste pecha de que o Brasil é o País da impunidade. E eu não sei, Presidente, mas eu vou falar com o Presidente Sarney.

Acho que ainda informalmente, ele, o Presidente da Câmara, o Presidente do Supremo e o Procurador-Geral da República iriam fazer algumas reuniões informais porque o clima está muito pesado. Com relação a essa decisão do Supremo a Procuradoria-Geral está muito revoltada. Os Procuradores estão se reunindo,

debatendo e protestando, achando um absurdo essa decisão. Portanto são duas instituições absolutamente respeitáveis: o Supremo de um lado e a Procuradoria Geral da República com todos os seus segmentos do outro lado, numa posição absolutamente antagônica. Ainda ontem assisti na televisão a um longo debate onde os Procuradores diziam que agora a impunidade estava oficializada. O réu é condenado em primeira instância, fica livre. Vai para a segunda instância e é condenado. O normal é que fique preso. Agora o Supremo diz que não. Ele fica solto até ser condenado em caráter definitivo. O que é caráter definitivo? Da segunda instância recorrer ao tribunal tal, recorre a não sei o que, recorre, recorre... Lá se vão dez anos, prescreve e não acontece nada. Então, um caso que nem este de estupro!? A imprensa publica: um apartamento na frente do outro. Um senhor estuprou uma menina de 17 anos, vizinha do lado. Está na cadeia. Agora, ele vai ser solto e vai morar no apartamento na frente do apartamento da menina que ele estuprou. Não sei. Eu acho que uma reunião do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República era muito importante. Esse e outros casos. Esse e outros casos! Alguns do interesse da Casa. Esta diferenciação: o que compete ao Supremo, o que compete à Casa. E aqui eu sou mais do lado do Supremo do que da Casa. Eu acho que, quando o Supremo decidiu pela fidelidade partidária, agiu bem, porque a Casa, durante vinte anos, desde a nova Constituição, não regulamentou a matéria. E o Supremo decidiu: o mandato é do Partido. Perde o mandato quem troca. Mas alguma coisa deve ser feita, precisa ser feita. É necessário que seja feita.

Eu proponho, Sr. Presidente – se V. Ex^a fizesse esta gentileza de levar a proposta ao Presidente Sarney – fazer esta reunião: Presidente do Supremo, Procurador-Geral da República, Presidente Sarney, Presidente Michel Temer. Começa com eles. Depois, eles veem o rumo a ser tomado. Era isso, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza e a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos aplausos.

E eu convidaria V. Ex^a a presidir aqui, mesmo sabendo o que o Cícero disse: Nunca fale depois de um grande orador. Eu vou desobedecer o Cícero, mas acreditando na inspiração que V. Ex^a irradia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu gostaria de fazer uma denúncia sobre esse mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)
– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, ícone da democracia no nosso País, Parlamentares na Casa, brasileiras e brasileiros aqui e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado: a televisão, a Rádio AM, a Rádio FM, o Jornal do Senado, o Diário do Senado, o Semanário do Senado e a Agência de Notícias.

Ontem eu vi aqui o Presidente Sarney, que é um estadista, pela sua vida, pelo que passou. Bastava só um mérito. Deus quis que ele fizesse a transição democrática neste País.

A credibilidade de Tancredo tornou esse sonho uma realidade. Ele se imolou, foi aos céus e a missão o Sarney a cumpriu e redemocratizou isso com muita paciência, muita tolerância, sem um tiro, sem uma bala, sem uma turbulência... Enfrentou 12 mil greves. Temos poucos estadistas. Esse Fernando Henrique Cardoso é – e a gente não pode ter inveja e mágoa por isso – pelo estudo. Ele tem a sabedoria. Está até no livro de Deus: "A sabedoria vale mais do que o ouro e a prata".

Pedro Simon, eu vi fazendo história o Fernando Henrique Cardoso, com o estudo que ele tem. Agora, estamos vendo o moreno lá que V. Ex^a elogiou. Aquele é filho do estudo, o Obama. Formado em Ciências Políticas, em Direito, orador influente. O Sarney ontem, comentando um discurso de Marco Maciel na Academia de Letras... Deveremos homenagear Joaquim Nabuco, que vai fazer 100 anos de morto em 2010. Estamos em 2009, 100 anos, e ele, como Pedro Simon, foi às vezes uma voz isolada aqui. Nabuco, sozinho para libertar os escravos. Era oposição, era voz isolada. Como as coisas são difíceis, não é, Pedro Simon? Mas o Sarney disse que a palavra, a oratória, é responsável por 60% das conquistas. Napoleão Bonaparte disse uma vez que as palavras calam os canhões.

E V. Ex^a usou da palavra. O nosso Presidente Luiz Inácio ouve pouco; fala muito, fala bem, se comunica... porque eu vi... Eu nunca votei no Presidente Fernando Henrique Cardoso – votei foi no Quécia, depois, por vizinhança, no Ciro –, mas ele é um estadista. Eu vi no final do seu governo, eu vi, Pedro Simon. Tornou-se um estadista quando ele disse: Presidente Luiz Inácio, nós não podemos resolver tudo. A história nos ensina. E o Luiz Inácio não precisa nem estudar tanto, é só meditar

na história, a nossa história, nem a do mundo, vamos ficar na do Brasil. É, são as coisas assim mesmo.

Dom João VI, que aqui governou, trouxe a modernidade burocrática, as noções de governo. Avançou muito e ninguém talvez... Essa história, nós que a fizemos, a de que ele era glutão... Ele era um homem muito inteligente, não é? De 1808 a 1821, quando ele saiu, não houve tanto progresso na história em treze anos como o que Dom João VI trouxe. É porque nós somos meio irados, nós ridicularizamos os portugueses. Não é assim, não! Ele era desbravador. Ele foi tão inteligente que eles iam ser destroçados por Napoleão, mas ele negociara com a Inglaterra a sua vinda para cá. Daí a dívida, depois... Não é o caso...

Ele abriu os portos, inaugurou as faculdades, trouxe a burocracia, conhecimento. Em 13 anos. Deixou seu filho, português também, mais ousado, de coragem. Ele tornou este País independente. E um homem de muita coragem e que largou tudo, deve ser amado. Temos que buscar... Infeliz do país que não recorda os seus heróis. Temos poucos heróis. Olha, poucos na história do mundo foram imperadores em dois extremos. Ele largou aqui e foi reconquistar Portugal. E reconquistou. Ele lá se tornou Pedro IV. Estava tomado lá, Portugal. E ele reconquistou e se tornou Pedro IV.

Mas, no tempo dele, Ortega y Gasset disse: "O homem é o homem e sua circunstância". Ninguém escolhe a época de governar. No tempo de Pedro I era a independência, e ele a fez. E o seu filho, estadista. Eu imagino este nome Pedro. É nome de gente boa. Pedro II vamos estudar. É um livro muito bom, Pedro Simon, escrito por uma mulher: *As Barbas do Imperador*. Que beleza! Compara. Mauá, do seu Rio Grande do Sul, foram os maiores homens daquele século, do século XIX. Mauá, o gaúcho, órfão, que, com 9 anos, começou a trabalhar, o maior empreendedor e o maior político, Pedro II. Eles até se digladiavam.

Mas foi o que plantaram: um, o progresso e o desenvolvimento; e outro, essa unidade, essa grandeza do Brasil. Olha o nosso mapa, Luiz Inácio, todo dividido.

A língua... Eu não gostei daquele negócio do Mercosul, dizendo que nós vamos falar guarani. Não gostei, Pedro Simon. Você tem de me levar para lá para ser o seu assessor. A língua quem faz é o povo. Jânio Quadros teve a sua inspiração. Sabe que o Jânio Quadros pensou em unificar o português e o espanhol? É o que hoje nós chamamos de portunhol. Quem faz a língua é o povo. E ele existe. Atentai bem, Pedro Simon! Você está lá é para ensinar aquela turma toda. O senhor tem de ser o Presidente do Parlatino da América do Sul. Até me dá vontade de ser de lá para levantar a candidatura de V. Ex^a.

Mas já existe o galego, que é o portunhol. Eu estive na Galícia. É a mistura do português com o espanhol. Isso já existe. É até tem livro. Quando eu viajo, eu compro. Já tem livro. Quem faz a linguagem é o povo. E o latim, cadê? É o povo. Com esse negócio, esse intercâmbio cultural, o avião que está aí faz a linguagem; é o nosso garçom, é o nosso motorista, é o povo. Todos eles. Fala-se o galego. O galego existe porque Portugal é unido àquela parte da Espanha. O Norte de Portugal com a Galícia. Lá é o galego. O galego é o portunhol. Então, esse negócio de falar guarani não dá não. Vamos enterrar esse guarani.

Queria dizer que D. Pedro II fez a parte dele. Ele foi tão bom! Ele adentrava aqui – aqui, que eu digo é lá no Rio de Janeiro, simbolicamente –, deixava a coroa e o cetro e vinha para cá, Luiz Inácio. Aquele estadista, aquele estudioso, só foi para a Europa duas vezes. Esse negócio de viajar é mentira. Ele adentrava e sentava. Ele sonhava. Sabe o que ele queria ser, Luiz Inácio? Ele sonhava, quando largasse o trono, em ser Senador – os pais da Pátria. Todo mundo se lembra – a política é assim – de que, quando D. João VI já dissera: Pedro, bote a Coroa, antes que um aventureiro qualquer coloque a Coroa, talvez falasse daquele Simon Bolívar, que andava derrubando tudo que era Imperador, tudo que era Rei. Esse aventureiro era Simon Bolívar.

Essa é a história. E foi tão bom o Rei Pedro II, que ele foi para Paris, exilado, levou uma terra daqui num travesseiro, e lá no seu velório, em Notre Dame, Pedro Simon, os franceses, que fizeram nascer a democracia, o governo do povo, pelo povo, para o povo, cantando liberdade, igualdade, fraternidade, disseram: “Se nossos reis fossem tão bons como este que teve no Brasil, não tinhemos derrubado os reis”. Ele cumpriu a missão dele.

Aí veio a República: o Deodoro, o Floriano, e realmente a corrupção entrou nos pleitos eleitorais, e veio um bravo do Rio Grande do Sul contra a corrupção eleitoral, que está grande, está imoral, está vergonhosa. Mas nós podemos dizer e nós sabemos: nunca dantes teve tanta corrupção eleitoral como hoje! Por isso que estamos aqui, porque eu posso dizer: nunca dantes foi tão vergonhoso! Aí V. Ex^a está vendo. Esse Fernando Henrique é estadista. Ele só deu uma frase: “É, já começou a campanha, é contra a lei”. Eu acho que temos que obedecer a lei, mas o Luiz Inácio acha que não. Já está em campanha. As eleições últimas foram as mais imorais.

Ô, Pedro Simon, eu sei que V. Ex^a foi Constituinte. Eu não vou... porque eu iria atentar contra aqueles 513 e 80, entre eles Afonso Arinos, entre eles Ulysses, entre eles Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, V.

Ex^a, mas acontece que ela interpretou um sentimento do povo, e o povo brasileiro é presidencialista.

E tem demonstrado isso, o foi para votar em João Goulart, o foi no último plebiscito.

Então, os constitucionalistas bons como V. Ex^a deram poder ao Presidente da República, que ele não devia ter: dele indicar a Corte Suprema, e isto não estava certo. Mas estava certo ali e eles fizeram certo, porque eles fizeram para quatro anos presidente. De repente, são oito. Eles não tiveram culpa.

Então, o Presidente da República está indicando tudo. Olha que ele tem errado, ele tem indicado gente de carteirinha do partido dele. E eu falo como médico. Eu sou o “Pai da Pátria” eu sou Senador. Eu sei psicologia. Eu sou Fluminense e quero que o Vasco se lasque. Você é Internacional, você quer que o Grêmio perca para qualquer um. Se isso tem para time de futebol, avalie para partido político.

Pessoas impregnadas de carteirinha, doentes que não pensam e não raciocinam! Esse foi o último pleito.

Cláudio Humberto disse: vocês vão ver boi voar. Nós vimos... Os prefeitos e tudo...

Então, já têm sete. Talvez essa bela Ellen Gracie diz que vai para o direito internacional, oito, são onze, ficou com o Poder Judiciário todo. Se dermos mais dias, ficará com todo o Poder Judiciário nomeado pelo Presidente.

Pedro Simon é V. Ex^a o responsável, é V. Ex^a o pai da democracia. Eu comprei um livro lá em Portugal que talvez não tenha aqui e lhe trouxe. Você parecia aqueles artistas, o Errol Flynn, Clark Gable, com o cachimbo, cabeludo, sonhando em renascer, sonhando não, brigando para renascer a democracia. E ela renasce do lado de Carlos Castello Branco, do Piauí, do qual nos orgulhamos.

Pedro Simon, mas está aí. De repente, ainda pensa em prorrogar. Não tenho nada contra o Luiz Inácio; eu tenho é a favor da democracia. A democracia dividiu o poder, acabou com *L'etat c'est moi*; o rei era um Deus na Terra, e fazia tudo o que quisesse. Dividiu o poder e essa alternância... E o poder dividido é equipotente, iguais, harmônicos, um freando o outro. Luiz Inácio é o Presidente e é o nosso Presidente. Eu votei nele em 95. É o nosso, não foi o Mark Keane que ensinou, não. E eu aprendi de Petrônio Portella a não agredir os fatos. Ele teve 60 milhões de votos, ganhou por 20 milhões de votos de um homem extraordinário, de virtudes cristãs, que eu votei nele. É o nosso Presidente, mas o Poder Executivo é muito forte, tem o dinheiro e o dinheiro, V. Ex^a sabe, é forte. V. Ex^a não ama o dinheiro, V. Ex^a é terceiro franciscano, tem voto

de pobreza, mas, se esse dinheiro tenta e é forte, é forte. Quem desconhece?

Então, o Luiz Inácio tem o BNDES, o Luiz Inácio tem o Banco do Brasil, tem a Caixa Econômica e tem a maioria do povo brasileiro. Indicou o Judiciário quase todo. Acabou a democracia. Cadê o equilíbrio? Dois contra um. Estamos nós aqui. Este é o Senado mais importante da história, porque está enfrentando essas dificuldades. Somos nós que vivemos. O preço da democracia é a eterna vigilância. Estamos nós dois aqui vigilantes.

Luiz Inácio, nós somos o povo. V. Ex^a é povo, mas eu também o sou, assim como Pedro Simon, e nós simbolizamos... Aqui, Luiz Inácio, recebemos mais voto do que V. Ex^a – eu já somei. Aqui dá muito mais do que... Nós somos filhos, como o Presidente, do voto e da democracia. Nós somos os Pais da Pátria. Só há essa razão de significado, Pedro Simon. Nós estamos assim, mas nós simbolizamos muito; nós simbolizamos o povo e não vamos trair o povo. E esta Casa tem resistido e vai salvaguardar a democracia no Brasil, tenho certeza!

Pedro Simon, você falou e eu vim. Não deveria vir, porque Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Falar depois de Pedro Simon, esse maior orador, é expor-se. Mas Pedro Simon, V. Ex^a provocou e disse a verdade. Eu sou lá do meu Piauí, do litoral. Quando V. Ex^a vai lá com a Ivete? Estamos aguardando.

Pedro Simon, Padre Antônio Vieira saía de Fortaleza para São Luís a pé. Padre Antônio Vieira levava sessenta dias. Um rio seco do Ceará passava pela cidade de Cocal, que era Parnaíba, e há uma igreja velhinha que eu quero mostrar, demonstrando que os historiadores estão errando, porque a colonização no Piauí foi do interior para o litoral. Como? Se já havia essas cidades, tinha de haver civilização – São Luís, Fortaleza. Parnaíba está no meio, e no meio está a verdade.

Padre Antônio Vieira disse: “O exemplo arrasta. Palavra sem exemplo é como tiro sem bala”. V. Ex^a trouxe, eu sei, o Luiz Inácio talvez sem maldade. Mas aquele de dar o exemplo, de desrespeitar as leis, as denúncias... V. Ex^a citou o Presidente do Banco Central e se irradiou aí, pior do que a dengue. Aí está a violência, a barbárie que vivemos. Não é uma civilização, Pedro.

Pedro, viajei vinte dias por dois países. Andei dia e noite com a Adalgiza. Você já pensou em ir com a Ivete e namorar, às quatro horas da madrugada, numa praça do Brasil? Vá à Cinelândia namorar às quatro horas.

Eu convidaria o Presidente Luiz Inácio a namorar na praça da Cinelândia com a encantadora Primeira-Dama, D^a Marisa; eu convidaria a passear na Rua do Ouvidor, onde nós namorávamos. E essa é a violência. Irradiou-se, Pedro Simon, aquilo que você disse. O Padre Vieira disse que todo bem é acompanhado de outro bem; em contrapartida, todo mal é acompanhado de outro mal. E a violência irradiou-se, é coisa de agora.

Fernando Henrique Cardoso disse: “Cada um tem a sua missão”. Juscelino deu otimismo, desenvolvimento, botou a capital no coração do País; Sarney, a redemocratização; Presidente Collor, rapidamente, a modernização; Itamar, a moralização. Cada um cumpriu a sua passagem. Fernando Henrique ou Itamar, não vou saber de quem é o DNA, acabou com o monstro da inflação. Mas ele disse que é com a violência, Luiz Inácio, que V. Ex^a tem que ter cuidado. E ele não ouviu. E ela aí está. O Pedro Simon contou. E a violência está aí.

Pedro Simon, lá no meu Piauí, eu quero... E foi de agora, Luiz Inácio. Isso aqui é uma barbárie, é uma barbárie, é uma barbárie, não é civilização! Eu andei, agora, vinte dias, em dois países. Eu não vi, eu não vi, eu não vi, Luiz Inácio, um menino de rua pedir uma esmola. Pedro Simon, medite sobre isso. Eu não vi! E eu não iria para o Primeiro Mundo, não. Vou bem aí, a Buenos Aires, de madrugada, de mãos dadas com a Adalgiza. Não tem negócio de assalto, não.

Outro dia fui ao Chile. A gente veio de trem, Pedro Simon, quando vi, às duas horas da manhã, um casal de velhinhos, de noventa anos, entrando no trem. Daí, eu olhava assim eles cheios de jóias, às duas horas da manhã... Um casal de noventa anos. V. Ex^a tem ido a Montevidéu? Bem aí. As casas de Montevidéu e de Coral Gables, nos Estados Unidos, não têm muro, não. Essa é a verdade.

Na minha Parnaíba, quando eu era criança, como eu gostava de olhar as casas, principalmente as dos ricos, para ver os jardins e tudo. Pedro Simon, não se vê mais, não. Quem não tem muito dinheiro coloca caco de vidro em cima do muro e quem tem mais dinheiro coloca cerca elétrica.

Isso é de agora, Luiz Inácio. V. Ex^a viaja muito. Pedro II só viajou duas vezes para a Europa. V. Ex^a vê que é isso. Pedro Simon, eu governei o Estado do Piauí de 1995 até 2001 e todo domingo eu procurava estar em nosso litoral, para o qual eu o estou convidando. Tenho uma casinha na praia do Coqueiro e vou para a mais popular, a uns dez quilômetros. Então, eu acordava cedo aos domingos para não andar com aquela segurança que é chata e saía sozinho, Governador de Estado, por duas vezes. E quando não conseguia fazer

esse *cooper*, esse exercício, no meu litoral... Toda semana, Pedro Simon, eu saía do Palácio de Karnak às onze horas da noite, porque Teresina é muito quente, para fazer exercício. Eram dez, doze quilômetros. Eu saía do Palácio, como um andante, com um amigo, com um secretário, andando de noite, e não tinha negócio de assalto. Não tinha.

Teve um militar lá que tinha um sindicato de crime e eu o preendi, o Correia Lima. Fiz aquela prisão administrativa e depois o promotor continuou, porque ele ainda está preso.

Mas, olha aqui o que hoje estamos tendo na nossa capital. Está aqui no jornal. Era pacata... Eu andava, nunca vi... Depois que Afonso Gil prendeu o chefe do crime organizado, que era um militar, dando sequência à minha prisão administrativa... E aqui está o jornal... Jornal bonito, *Meio Norte*, um jornal bonito. "Violência". Aí manda chamar para a página interna: roubos, mais de um milhão, e tal. Aí vamos olhando... "Prejuízo dos comerciantes..." Está aqui uma página. "Foi o proprietário da Gil Panificadora, do Bairro Três Andares, Gil Resende, que foi assaltado 17 vezes em seis meses". Está aqui: 17. Quer dizer, dá três, matematicamente, vezes por mês; um comerciante, três vezes...

Pedro Simon, não há o Fundo de Participação, que vai para os prefeitos de 10 em 10 dias? Esse aqui é assaltado de 10 em 10 dias.

E mais ainda: "Medo estimula vendas em domicílio". O jornal... As farmácias... Há 500, 500 farmácias, e, a cada dia, são roubadas cinco, seis. Seis farmácias são assaltadas na capital do Piauí. Isso é uma barbárie, Luiz Inácio. Isso não é civilização.

Pedro Simon, seis. Está aqui. E o jornal diz: "Comerciantes informaram que a cada dia são roubadas de cinco a seis drogarias e que eles não denunciam para não amedrontar os clientes". Se eles forem, ninguém entra mais. E que isso aumentou as vendas em domicílio em 90%.

Seis assaltos em farmácias em Teresina por dia. Isso não existe, Pedro Simon. Cadê as leis de Deus? Nós não obedecemos mais à Constituição, ao Senado da República.

O empresário Edmilson Bezerra contou bastante alterado sobre a indignação de já ter sido assaltado várias vezes. Olha o que diz Edmilson Bezerra: "Isso nos leva a concluir que batemos na porta errada e continuaremos a ser assaltados".

Mais interessante: o negócio é tão grave, é tão... Isso está no Brasil todo.

Você perguntou sobre este livro, quem me deu foi um Secretário de Comunicação muito inteligente. Ele é uma inteligência... Ele foi do Grupo Claudino, sucesso, Silvio Leite – está aqui o oferecimento: "Senador Mão

Santa, sou seu fã. Silvio Leite". Ele foi Secretário de Comunicação, extraordinária inteligência. Ele ganha do Duda – o negócio é esse, está entendendo? Mas hoje ele é de turismo. O negócio é tão grave... E hoje ele tem interesses, tem empresa e foi ao Secretário de Segurança com dezenas de ameaçados.

Olhem o que diz Silvio Leite, quer dizer, do próprio Governo... Eu sei que o próprio Silvio Leite, que é Secretário de Turismo, se vê decepcionado. Então, ele diz assim: "Isso nos leva a concluir que batemos na porta errada e que continuaremos a ser assaltados". Dito por um Secretário de Turismo, ex-Secretário de Comunicação, que foi assessor de comunicação do Grupo Claudino, conhecido. Rebateu o Secretário de Turismo Silvio Leite, proprietário da empresa PagConetas, ao revidar a declaração do Secretário: "É como se a culpa fosse nossa e não dos bandidos".

Quer dizer, esse é o caos.

Pedro Simon, o povo gaúcho, todo o mundo, a história do Rio Grande do Sul é muito bonita, os costumes, o churrasco familiar, o vinho – *in vino veritas*. Há a Casa Valduga, o Miolo, o arroz de carreteiro, o amor à pecuária. Nós piauienses somos orgulhosos porque dizem que somos os gaúchos do Nordeste. Eu só não aprendi a usar o chimarrão.

Mas nós do Piauí, não sei se há lá, temos uma tradição. É um tal de velório. Velório. Morre, passa a noite de sentinela, rezando – até os pobres são mais fortes e ficam, e tal. Outro dia, Pedro Simon, chegamos lá de avião, à tarde, e disseram que tinha morrido um amigo influente nosso. Aí, como já estava tarde, eu virei e disse: Adalgisa, nós vamos para o velório, vamos de noite; está tarde, estamos cansados, não vamos direto do aeroporto, não, vai ter a noite toda. E eu fui ao velório. Aí, cheguei lá e disse: E aí? Não, nós já enterramos. Eu digo: mas ele não morreu quase seis horas da tarde? Porque é uma tradição, quando morre de manhã ainda enterra de tarde. Mas de tarde... Era isso, havia esta cultura, havia esta tradição: morreu de tarde, e o velório... Aí, os familiares disseram: não, ele morreu às cinco horas, mas nós enterramos logo, antes de o sol se apagar. Mas por quê?

Olha, aqui do lado, um vizinho morreu. Foram fazer o velório, os bandidos entraram na hora do velório, tiraram os sapatos, tiraram tudo; até o defunto assaltaram. Então, hoje se tem medo daquela nossa tradição cristã de fazer o velório, de encomendar, de fazer as rezas. Essa é a violência.

Então, aqui, Pedro Simon, iria buscar algum Senador comparável a V. Ex^a: Norberto Bobbio, da Itália. Círcero disse: *pares cum paribus facillime congregantur* – violência atrai violência.

Então, eu queria, Pedro Simon, buscar outro italiano, nós temos que criar isso. V. Ex^a é um exceção, é um estadista, é uma raridade, é um conselheiro, mas pessoas de grande história e grande saber devem estar aqui. Então, eles têm 15 cadeiras para pessoas de notoriedade e convidam a ser senador vitalício. Um deles era Norberto Bobbio.

Norberto Bobbio, ó, Luiz Inácio, diz nos seus ensinamentos, o mais importante: o mínimo que temos de exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Luiz Inácio, ainda está em tempo. V. Ex^a não ouviu o aconselhamento de Fernando Henrique Cardoso, mas ouça agora a voz do Senador do Piauí!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35 DE 2009

Altera a redação dos arts. 317 e 333 do Código Penal, para determinar aumento de pena nas hipóteses indicadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Corrupção Passiva

Art.317.

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o crime é praticado na área de saúde ou educação. (NR)

.....”

Corrupção Ativa

Art. 333.

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o crime é praticado na área de saúde ou educação. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A corrupção tem sido considerada a deterioração das relações políticas saudáveis e civilmente aceitas, haja vista o desvio da proteção do bem comum, da coisa pública.

A corrupção é crime e as condutas proibidas da corrupção passiva e ativa estão tipificadas nos arts. 317 e 333 do Código Penal, cuja pena combinada é de dois a doze anos de reclusão e multa.

Dados da Controladoria-Geral da União indicam que, no Brasil, a corrupção e a má gestão desviaram 25% dos R\$1,6 bilhão repassados, nos últimos quatro anos, pelo Ministério da Saúde, aos 1.341 municípios dos 5.562 existentes no país.

Segundo o jornal **Correio Braziliense**, análise de convênios da Fundação Nacional de Saúde para saneamento público revela condutas prejudiciais às comunidades carentes, que indicam corrupção, como por exemplo, esquema que começa com a aprovação de obras sem projetos, alteração da proposta sem análise da documentação, uso de contas sem fiscalização nos municípios.

Quanto à educação, o Brasil perde com a corrupção 81% do respectivo orçamento, que corresponde a R\$27,1 bilhões, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Entendemos que a corrupção nas áreas da educação e saúde destrói a confiança necessária para o desenvolvimento das comunidades.

Estudos de Felora Daliri Sherafat, intitulado “O motivo principal de miséria e fome é a corrupção!”, explana que “quando a corrupção se enraíza nas instituições do governo, o país perde a cultura de moralidade e a riqueza de caráter. Diversos grupos, em todas as regiões devoram os recursos da nação, de acordo com sua força e poder de ação. Os sistemas grandiosos de corrupção alimentam os subsistemas de corrupção.”

Dessa forma, conclamamos os ilustres Pares para aprovação deste projeto, que, transformado em lei, permitirá maior prevenção das condutas proibidas de corrupção, que têm impedido o suprimento das necessidades sociais das áreas de saúde e a educação.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2009. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO LEI N° 2.848 DE 1940

Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12-11-03)

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Facilitação de contrabando ou descaminho

Art. 318. Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27-12-1990)

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12-11-2003)

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, uma decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à comissão competente.

A Presidência recebeu, da Associação Brasileira de Servidores de Câmara Municipais – Abrascam, o Ofício nº 1/2009, de 11 do corrente, referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2008, que altera a redação do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

O expediente juntado ao processado da referida matéria, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 85, DE 2009

(Do Senador Pedro Simon)

Requer Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador, ex-Deputado e ex-Governador do Piauí, Chagas Rodrigues, falecido no

dia 7 do corrente, aos 86 anos durante uma cirurgia, no Hospital Santa Lúcia.

Justificação

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues nasceu em Paranaíba – PI, em 8 de novembro de 1922. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi professor e advogado. Exerceu cargos públicos como o de Assessor Especial do Trabalho e Assistente Jurídico do Ministério da Fazenda.

Entre 1951 e 1959 exerceu dois mandatos de Deputado Federal. Em 1958, aos 36 anos de idade, foi eleito Governador do Piauí, que governou no período de 1959 a 1962. Nesse último ano, foi eleito, novamente, Deputado Federal por dois mandatos, entre 1963 a 1969, quando foi cassado pelo regime militar. Finalmente, eleito Senador, exerceu o mandato entre 1987 e 1995.

Entre as homenagens recebidas pelo ex-Senador, contam-se: a do Mérito Tamandaré; a de Sócio Benemerito da Associação dos Magistrados Piauienses; a da Ordem do Mérito de Brasília, no Grau de Grande Oficial, e a do Sesquicentenário do Poder Legislativo-Piauí (1935 – 1985).

Aos familiares do Senador, nossos votos de profundo pesar pela perda desse grande amigo e companheiro que foi Chagas Rodrigues.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2009. – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO N° 86, DE 2009

Requer Voto de Louvor aos 100 anos do jornal Correio Riograndense da cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney

Com fundamento no disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senador Federal, requeremos a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de Louvor aos 100 anos de fundação do jornal **Correio Riograndense** da cidade de Caxias do Sul, ocorrida no dia 13 de fevereiro de 1909.

Justificação

O **Correio Riograndense** é um dos principais veículos de divulgação dos fatos ocorridos em todo o País, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, e, em especial, na região do entorno da cidade de Caxias do Sul.

Editado pelos Freis Capuchinhos, o **Correio Riograndense** constitui instrumento de registro das ocorrências

rências relacionadas à educação, à saúde, à agricultura, à culinária e aos demais elementos da economia e da cultura regional.

Inspirado no exemplo de São Francisco de Assis, o Jornal é, ainda, veículo de evangelização e orientação da comunidade no convívio familiar, em especial na adoção de princípios e valores morais e cristãos.

Em sua existência quase secular o **Correio Rio-grandense**, sendo testemunha dos principais fatos ocorridos, em todas as instâncias da Nação, é fonte da maior importância na pesquisa e reconstituição da história do nosso Estado e do nosso País.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2009. – Senador **Pedro Simon** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Após a brilhante exposição do Senador Mão Santa,

como não há nenhum orador inscrito, a não ser que V. Ex^a queira se inscrever de novo... Não quer?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Se V. Ex^a quiser se inscrever de novo, lhe asseguro a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Invocando a proteção de Deus, dou por encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Está encerrada a sessão.

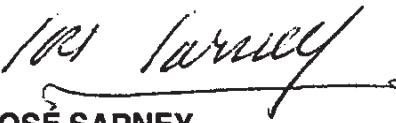
(Levanta-se a sessão às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2009

Às dez horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: José Sarney, Presidente; Serys Slhessarenko, Segunda Vice-Presidente; Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; João Vicente Claudino, Segundo-Secretário; Mão Santa, Terceiro-Secretário; Patrícia Saboya, Quarta-Secretária; e os Suplentes: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata. Iniciados os trabalhos, passou-se ao exame das seguintes matérias desta reunião: *Item 1* - Apreciação do Ato do Presidente que dispõe sobre o reajuste da contribuição mensal do Sistema Integrado de Saúde - SIS. Aprovado, vai à publicação. *Item 2* - Apreciação do Ato do Presidente que dispõe sobre a criação de Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira. Aprovado, vai à publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão Diretora, às onze horas e quarenta minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu,

Agaciel da Silva Maia
(Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, depois de aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 12 de fevereiro de 2009.


JOSÉ SARNEY
 Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 015 , de 2009**

Dispõe sobre reajuste da contribuição mensal do Sistema Integrado de Saúde – SIS.

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e

Considerando que desde sua criação em 1996 só sofreu dois reajustes, sendo o último em 2007;

Considerando que no período entre 2007 e 2008 o INPC sofreu uma variação de 11,64%;

RESOLVE:

Art. 1º. Fixar em R\$ 154,00 (cento e cinqüenta e quatro reais), a contribuição mensal do SIS.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de fevereiro de 2009.



JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE Nº 16 , de 2009

*Institui Comissão de Acompanhamento
da Crise Financeira e da
Empregabilidade.*

Considerando a dimensão da crise econômica e financeira que o mundo atravessa na atualidade, com repercuções no nível de empregabilidade;

considerando que o Senado Federal deve estar preparado para analisar os desdobramentos da crise e atuar na busca de caminhos de solução e formas de minorar seus efeitos no País;

considerando que o enfrentamento da crise exige medidas criativas e com respaldo em diversos segmentos econômicos e sociais, cuja interlocução é tarefa e vocação do Parlamento;

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, composta pelos Senadores Pedro Simon, Francisco Dornelles, Marco Maciel, Tasso Jereissati e Aloizio Mercadante.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo Senador Francisco Dornelles.

Art. 2º À Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade incumbe:

I – estudar os efeitos da crise financeira internacional;

II – acompanhar os desdobramentos da crise e suas consequências para a economia nacional e o nível de empregabilidade;

III – oferecer soluções para a crise;

IV – elaborar relatórios mensais de avaliação da crise.

Art. 3º Para desenvolver suas atividades, a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade poderá:

I – utilizar a estrutura da Universidade do Legislativo Brasileiro - Unilegis;

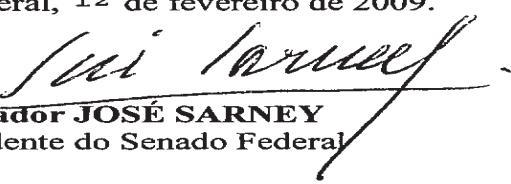
II – solicitar estudos, informações e serviços à Consultoria Legislativa;

III – indicar até dez especialistas no assunto, nacionalmente reconhecidos, para apoiar seus trabalhos.

Parágrafo único. A participação dos especialistas de que trata o inciso III do *caput* não será remunerada a qualquer título, constituindo serviço público relevante prestado ao Senado Federal.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 2009.


Senador JOSÉ SARNEY

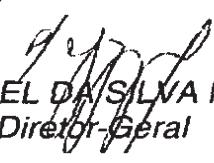
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 408 , de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, tendo em vista o que consta no Processo nº 001640/09-7,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e art. 38, da Lei nº 7.087/82, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a SEVERINA ARCANJA DA SILVA NASCIMENTO, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 232,50 (Duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia o pensionista segurado, o ex-servidor ELIAS ALVES NASCIMENTO, ERGON 21535, a partir de 01/01/2009, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 2009.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL*N.º 409 , de 2009*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 001464/09-4,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a NEUZA HELENA SARMENTO DE OLIVEIRA, na condição de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento) e reservar uma cota inominada de 50% (cinquenta por cento), da pensão temporária, dos proventos que percebia o ex-servidor DOMINGOS SOARES DE OLIVEIRA FILHO, matrícula 24135, a partir da data do óbito, 09/01/2009.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 2009.

*AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral*

ATO DO DIRETOR-GERAL*N.º 428 , de 2009*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 001736/09-4,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a ELIANE LIMA DE ASSIS RAMOS, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor EURÍPEDES JOSÉ RAMOS, matrícula 4768-ERGON, a partir da data do óbito, 08/01/2009.

Senado Federal, 13 de fevereiro de 2009.

*AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral*

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro*** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello*** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papáleo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. N° 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. N° 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maoria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB, PP)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maoria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Sérgio Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maoria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽¹⁵⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽¹⁴⁾
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽¹⁹⁾	8. Arthur Virgílio (PSDB) ^(16,20)
Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²²⁾	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²¹⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²²⁾	10. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁴⁾
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
	PDT

Osmar Dias (18)	1. Jefferson Praia (7,17)
-----------------	---------------------------

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
17. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
18. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
19. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
20. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
21. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
22. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maoria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)⁽⁵⁾	
VAGO (3,18)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maoria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (4)
Alvaro Dias (PSDB) (25)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (22)
Marisa Serrano (PSDB) (20)	6. João Tenório (PSDB) (21)
Papaléo Paes (PSDB) (24)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti (8,11)	1. VAGO (14,16)
PDT	
Patrícia Saboya (17)	1. João Durval (19)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 11/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008-GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n° 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n° 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,11,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(12,13)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(6,14)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(10,16)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. VAGO ^(5,17)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽²⁵⁾	6. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁰⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²³⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽²⁴⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁵⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²²⁾
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias (8,19)	1. Jefferson Praia (9,18)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
11. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
12. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
15. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
20. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
21. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ^(6,19)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁶⁾	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁵⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²⁹⁾	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁷⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²²⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁸⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²¹⁾	1. Jefferson Praia ^(10,20)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,19)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁷⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ^(8,12)	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. VAGO ^(10,14)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁷⁾	5. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁷⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁷⁾
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁵⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁶⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
17. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
19. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maoria (PMDB, PP)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,5)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,3)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
 Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
VAGO ^(13,24)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(18,22)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽²⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²⁹⁾	6. João Tenório (PSDB) ^(12,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³²⁾
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor ^(8,9,10,11,20,21,23,25)	1.
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁶⁾	1. Patrícia Saboya ^(15,27)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1^a/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
26. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
27. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
28. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
29. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
30. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
31. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
32. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) (1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO (2,3,5)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
 Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
3. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
5. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. Marcelo Crivella (PRB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (5,8)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) (10,12,13)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,11)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	7. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁷⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁶⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

- Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
- Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
8. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
12. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
13. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
14. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maoria (PMDB, PP)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. VAGO ^(7,15)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁰⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁸⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(11,14,21)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²²⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹⁹⁾
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Cristovam Buarque ^(9,17)	1. Jefferson Praia ⁽¹⁶⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPDt).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
15. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
18. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maoria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,12)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (8)
Kátia Abreu (DEM) (9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB) (15)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (17)
Mário Couto (PSDB) (13)	6. João Tenório (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Marconi Perillo (PSDB) (16)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO (10)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
12. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,8)	3. Gim Argello (PTB) (6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
VAGO ^(4,10)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹³⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁴⁾	6. Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹²⁾
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Sérgio Guerra (PSDB) ^(9,14)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
10. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
11. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR **(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)

Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.

Maioria (PMDB, PP)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)

PDT

VAGO ⁽¹³⁾	1.
----------------------	----

Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾

Atualização: 02/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009

MEMBROS

PMDb

VAGO

DEM

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)

PR

Expedito Júnior (RO)

PDT

Patrícia Saboya (CE)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 12/02/2009

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 05.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
(VAGO) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THIADU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 06.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vago em virtude da renúncia à suplência do mandato do Deputado Cezar Schirmer, conforme OfGDGS-0270/2008, de 05.01.09.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS